



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE HISTÓRIA**

RAFAEL GUINDANI HUNTTMANN

**SEGREGADOS DA CIVILIZAÇÃO
O IMPERIALISMO E O LITÍGIO RACIAL NO CONTESTADO (1906 – 1916)**

CHAPECÓ

2019

RAFAEL GUINDANI HUNTTMANN

SEGREGADOS DA CIVILIZAÇÃO
O IMPERIALISMO E O LITÍGIO RACIAL NO CONTESTADO (1906 – 1916)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de licenciado em História.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Renilda Vicenzi

CHAPECÓ

2019

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Hunttmann, Rafael Guindani
Segregados da Civilização: O imperialismo e o
litígio racial no Contestado (1906 - 1916) / Rafael
Guindani Hunttmann. -- 2019.
71 f.

Orientadora: Doutora Renilda Vicenzi.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
História-Licenciatura, Chapecó, SC , 2019.

1. Imperialismo. 2. Raça. 3. Contestado. 4. Ferrovia.
5. Modernização. I. Vicenzi, Renilda, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

RAFAEL GUINDANI HUNTTMANN

SEGREGADOS DA CIVILIZAÇÃO

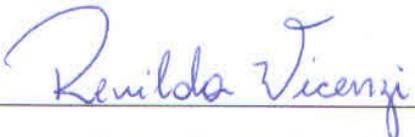
O IMPERIALISMO E O LITÍGIO RACIAL NO CONTESTADO (1906 – 1916)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de licenciado em História.

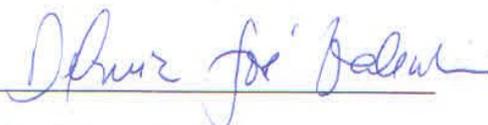
Trabalho de conclusão de curso defendido e aprovado pela banca em:

04 / 12 / 19

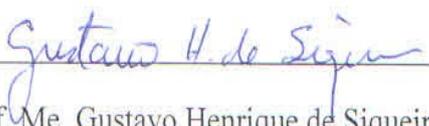
BANCA EXAMINADORA:



Profª. Dra. Renilda Vicenzi



Prof. Dr. Delmir José Valentini



Prof. Me. Gustavo Henrique de Siqueira

RESUMO

O respectivo trabalho propõe analisar a ofensiva imperialista e modernizadora sobre a região do Contestado, considerando o estigma da superioridade racial como método de dominação próprio da expansão do capital europeu e norte-americano sobre as partes não desenvolvidas do mundo e suas consequências para a guerra envolvendo as forças armadas e os sertanejos da região. Tem-se como objetivo a compreensão de como se articulam os diversos interesses que envolvem o capital imperialista, as figuras nacionais, os políticos locais e, também, quais as medidas tomadas para a efetivação do plano modernizador em detrimento da população regional tida como incapaz, devido suas características culturais e sociais, a adaptar-se ao modelo econômico proposto e desejado pelas classes dominantes. A documentação analisada é referente ao general Fernando Setembrino de Carvalho, considerado pela história militar o responsável por direcionar as forças federais para a vitória, o que nos leva a compreensão de como se justificavam as medidas adotadas contra os caboclos nessa ocasião. Para isso, analisamos como o imperialismo e o processo de exclusão através da superioridade racial se manifestam no Contestado com a presença da empresa ferroviária norte-americana *Brazil Railway Company* e qual o seu impacto sobre a população local, posteriormente rebelada, para, em seguida, relacionar a atividade do exército brasileiro durante a guerra no processo de aniquilação do elemento pernicioso que impedia qualquer avanço da região em termo industrial e civilizatório.

Palavras-Chave: Imperialismo. Raça. Contestado. Modernização. Ferrovia.

ABSTRACT

This research aims to analyze the modernizing imperialist offensive on the Contestado region considering the paradigm of the “racial superiority” as the fundamental domination method of the European and North-American capital expansion over the non-developed parts of the world and its role on the conjecture of the war involving the military forces and the country caboclo people. Understanding how the several interest involved are articulated between the imperialist capital and the National/local authorities and, by that, what measures are taken to make the modernizing plane effective under the prejudice of the local people had as incapable, due to their cultural and social characteristics, to be part of the economic model proposed and wanted by the local and national dominant classes. The sources analyzed are reverent to General Fernando Setembrino de Carvalho, considered by the military history the responsible for leading the army to its victory, what has shown us how the army’s campaign was justified in this occasion. In order to do that, we analyzed how imperialism and the marginalization process engine by its racial superiority ideology work on Contestado considering the presence of the railway company Brazil Railway Company and what its consequences over the local people, once rebelled, in order that relate the army activities during the war on the annihilation of the harmful element that prevented the region any development in industrial and civilized terms.

Word-Keys: Imperialism; Race; Contestado; Modernization; Railway;

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - <Mapa das linhas férreas sob a administração da *Brazil Railway Company*.>.....23

LISTA DE SIGLAS

AFSC	Arquivo de Fernando Setembrino de Carvalho
BRC	Brazil Railway Company
EFSPRG	Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande
FGV	Fundação Getúlio Vargas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. O IMPERIALISMO E A GUERRA	18
2.1. O IMPERIALISMO NO BRASIL E A BRAZIL RAILWAY COMPANY	21
2.2. A ESTRADA DE FERRO SÃO PAULO – RIO GRANDE E A POPULAÇÃO DO CONTESTADO.....	24
2.3. APONTAMENTOS GERAIS SOBRE A GUERRA DO CONTESTADO	29
2.4. A INTERVENÇÃO DE FERNANDO SETEMBRINO DE CARVALHO	33
3. O BANDITISMO CABOCLO E OS SERTANEJOS DE COR NO CONTESTADO	39
3.1 A EXPANSÃO SERTANEJA E A CONVOCAÇÃO DE SETEMBRINO DE CARVALHO.....	43
3.2. A SITUAÇÃO DO EXÉRCITO.....	48
3.3. A MARGINALIZAÇÃO CABOCLA.....	54
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
FONTES	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74

1. INTRODUÇÃO

Do Porto da União da Vitória enviei, pouco antes de minha partida, um bandido de nome Salvador, que, prisioneiro em Santa Maria, declarou em uma roda de oficiais que não gostava de matar crianças, e que, as últimas três que havia passado pela faca, deram-lhe muito trabalho, pois se ocultavam debaixo de uma cama, e corriam de um lado para o outro, até que consegui agarrá-las e matá-las, ficando por isso muito fatigado. O que mereciam os homens de tal jaez?

Fernando Setembrino de Carvalho¹.

Fernando Setembrino de Carvalho (1861 – 1947), nomeado interventor militar nas desavenças da Guerra do Contestado (1912 – 1916) em 1914, incumbido de acabar com o movimento de “fanáticos” que assolavam o sul do país, descreve acima a brutalidade dos sertanejos rebelados na região. Atos esses que, para Carvalho, faziam jus “não à honra de um fuzilamento, mas à força” (CARVALHO, 1950, p.170). A população revoltosa, animalizada e combatida tenazmente por Setembrino de Carvalho, reagia em consequência às transformações no seu modo de vida ocasionadas pela ofensiva colonizadora e modernizadora sobre a região sul do país.

“Nóis não tem direito de terras, tudo é para as gentes da Oropa”, dizia um bilhete encontrado no bolso de um fanático morto em batalha.² As relações com a Europa marcam grande parte do contexto que abrangemos no respectivo trabalho, manifestando-se no contato entre os diferentes grupos étnicos no qual os indivíduos se encontram e que compõe a escala econômica e política da região estudada. Essas ‘gentes’ traz a oposição aos indivíduos já estabelecidos. Além da imigração de europeus, que foi demasiadamente estimulada pelo governo brasileiro e que viria a compor grande parte das populações do sul do país, havia grande dependência por parte da República brasileira das finanças do capital estrangeiro, inicialmente da Europa e, posteriormente e com maior força, dos Estados Unidos, para a manutenção da economia e para a modernização, especialmente do incremento industrial.

A presença estrangeira na região do Contestado, primeiramente composta por imigrantes europeus, ganha impulso com as atividades da *Brazil Railway Company* no final

¹CARVALHO, Fernando Setembrino de. **Memórias**: dados para a história do Brasil. Rio de Janeiro, 1950, p. 171.

<<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/contestado/CARVALHOMarechalSetembrinode.pdf>>
Acesso em: 10/04/2019.

² “Sem dúvida, forjou-se na consciência, que se revelou mais claramente durante a guerra, de que o governo brasileiro privilegiava os estrangeiros na concessão de terras; um bilhete achado junto a um ‘fanático’ morto em combate pode exemplificar essa ciência:[...]”. Segue a citação. MACHADO, 2004, p.152.

da primeira década do século XX. A BRC, que assumiu a construção da ferrovia ligando a região central do país ao sul, especificamente na construção do trecho que cruza o território contestado pelos estados do Paraná e Santa Catarina – entre os rios Iguazu e Uruguai –, primeiramente sob a administração da Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, pertencia ao empresário estadunidense Percival Faquhar, símbolo do empreendedorismo internacional. Faquhar fundou a BRC em 1906 com o objetivo de criar seu próprio império de investimentos na América do Sul, englobando todas as suas vias ferroviárias. Além disso, as atividades de empresas como essa funcionam através do meio acionário, obtendo e fornecendo investimentos entre várias empresas. Para Espig, trata-se de uma empresa *holding*, que opera através de concessões a companhias menores sob sua direção, com intuito de dominar o “monopólio das atividades” produtivas de “um mesmo ramo econômico” (GREMAUD. 1992, apud. ESPIG, 2011, p.142). “Em pouco tempo a BRC tornou-se uma potência que ia muito além da construção e controle de ferrovias, juntando-se a este empreendimento empresas colonizadoras, extrativistas, portuárias, imobiliárias e pecuárias” (ESPIG, 2011, p. 141).

Ainda no Segundo Reinado já havia o interesse em construir uma estrada de ferro que ligasse o centro do país (Rio de Janeiro – São Paulo) com as regiões ‘isoladas’ do sul. Em 1888 o Imperador Dom Pedro II assinou um contrato com o engenheiro João Teixeira Soares para a construção da ferrovia partindo de Itaraté, em São Paulo, até Santa Maria no Rio Grande do Sul, denominada Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG). Além de ser um grande empreendimento, a realização do projeto permitiria o estabelecimento de uma massa produtiva de colonos ao longo da ferrovia e uma conexão do centro ao sul do país. Aqui já há uma atenção maior do Estado brasileiro voltada para os imigrantes europeus, considerando que, dentro das 10 mil famílias de agricultores que seriam incluídas nas terras pelas concessões da empresa, 85% deveriam ser estrangeiras, os demais 15%, nacionais. Para Márcia Espig “trata-se de um verdadeiro plano de colonização, [...], que se realizado teria modificado as condições históricas [...] da zona servida pela ferrovia” (ESPIG, 2011, p.130). A EFSPRG teria o direito de explorar, de acordo com as Cláusulas 39 a 46, trinta quilômetros para cada lado da ferrovia, concedendo dez hectares com casa para cada uma das famílias se estabelecerem. Além disso, os mesmos deveriam trabalhar, ao menos, 15 dias de cada mês para a Companhia, podendo dedicar os demais ao trabalho rural em suas propriedades. Porém,

devido a delongas no setor financeiro e legislativo, a companhia só viria a ser fundada em 1892³.

Observa-se nesse período um crescente desenvolvimento da economia brasileira, que passa a conectar ainda mais as diferentes partes de seu território. Além da circulação de produtos por vias fluviais, crescia o número de ferrovias no país de 14,5 km, em 1854, a 9.076,1 km em 1889. Em 1906, a rede ferroviária brasileira quase duplicou, atingindo 17.340,4 km de extensão (ESPIG, 2011, p. 173). São estreitas as relações entre a expansão da malha ferroviária e o desenvolvimento da economia. Para Hobsbawm,

A presença de estradas de ferro, [...], introduzia a força mecânica em todos os continentes e em países que de outro modo seriam não industrializados. A chegada da estrada de ferro foi símbolo de uma conquista revolucionária, pois a construção do planeta como uma economia interativa única era, de várias formas, o aspecto mais espetacular e de maior alcance da industrialização (HOBSBAWM, 2018, p. 78).

Junto ao surto imperialista, caracterizado pelo desenvolvimento econômico e, entre outros elementos, pela construção de ferrovias, que permitiu maior contato entre diferentes partes do mundo, a questão da cor será amplamente discutida no final do século XIX. O crescente contato estabelecido com diferentes sociedades consequente do avanço do capitalismo dos centros econômicos em busca de maiores territórios de exploração produtiva levou ao contato do capitalismo com diferentes culturas que deveriam servir ao seu mercado.

Considerando as novas produções científicas daquele período, sobre a genética e do surgimento da eugenia, o debate a respeito das diferenças raciais, fundamentados nas obras positivistas, determinavam características biológicas como responsáveis pelos mecanismos sociais. O darwinismo social, fruto desse determinismo gerado pelas vertentes positivistas, será amplamente difundido na produção de conhecimento do período, transmitindo grande influência na atividade científica brasileira e, portanto, na sua ideologia (SCHWARCZ, 2011). A ideologia das raças manifestada nesse período adquire um caráter totalitário sob o preceito de que raças inferiores de cor deveriam curvar-se às ditas raças superiores de matiz branca,

³ “Essa concessão foi renovada pelo governo provisório da República, por decreto de 7 de abril de 1890, segundo o qual a doação de cada margem seria de no máximo 15 quilômetros, tendo, no conjunto da extensão, um domínio de 9 km por margem.” (MACHADO, 2004, p.143) “É possível que o Governo Provisório, devido a as ligação com as Forças Armadas, tenha pensado a EFSPRG mais como uma estrada estratégica do que como uma via de progresso social e econômico. Também podemos supor que a subvenção aos colonos, conforme prometida pelo Império, tenha soado como um gasto excessivo ao novo regime. Uma correspondência interna dos diretores da *Brazil Railway Company*, de 1907, agrega ainda outra informação: Teixeira Soares teria afirmado que as cláusulas de colonização foram eliminadas naquele momento por requerimento da *Société Générale*” (ESPIG, 2011, p.132)

sobre a retórica evolucionista da preservação do mais apto e do desaparecimento daquelas matizes tidas pela visão europeia como destinadas à aniquilação. Tal ideologia viria a justificar a dominação pelos países brancos eurocêntricos das populações tidas como “bárbaras”, fazendo disso um dos principais mecanismos da dominação imperialista do período (ARENDRT, 2012).

A historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, ao analisar Hobsbawm, expressa a manifestação das novas vertentes positivistas no início do século XX de entender a formação humana e sua influência na esfera política como:

[...] uma base de sustentação teórica para práticas de cunho bastante conservador. São conhecidos os vínculos que unem esse tipo de modelo ao imperialismo europeu, que tomou a noção de ‘seleção natural’ como justificativa para a aplicação do domínio ocidental ‘ mais forte e adaptado’ (SCHWARCZ, 2011, p.56).

Nesse contexto, a dominação imperialista no ocidente se dava de forma informal pela dependência econômica de países já independentes politicamente pelo capital estrangeiro.

O sucesso do domínio internacional não ocorria, contudo, inteiramente através da política ou da economia, sendo perceptível a manifestação de influências ideológicas que sobrepujam um grupo “desenvolvido”, que triunfaria sobre a população degenerada pela sua formação ontológica. O novo sistema econômico brasileiro, então afundado no capitalismo dependente e que substituiu as forças produtivas escravistas pelo trabalho assalariado através da importação de mão de obra europeia, gera, por consequência ao seu modelo competitivo de trabalho, pouca margem para a mobilidade das massas de cor na sociedade.

Em *Pele Negra Máscaras Brancas*, Frantz Fanon (2008) aborda a indistinção dos centros imperialistas sobre as diferentes culturas sob sua influência, nesse caso sobre a África, como algo que posiciona ao mesmo nível diferentes sociedades sem haver mínimas conexões entre si, a não ser a sua cor. Contudo, tratando a “hierarquização racial” como algo que parte do ponto de vista da civilização europeia, branca e industrializada, percebemos que essa “ideologia do colonizador” coloca embaixo de um guarda-chuva todas as sociedades que são vítimas de seu interesse econômico. No contexto do imperialismo, portando, a questão racial deve ser vista como uma sobreposição europeia sobre as partes do mundo que possam ser enquadradas como naturalmente inferiores. Isso torna os pressupostos raciais generalizantes pelo olhar do colonizador, afetando populações, não apenas pela sua etnia, mas por todas as variáveis que tornam a sua sociedade essencialmente abaixo dos modelos socioeconômicos e culturais da Europa.

Levando em conta a dimensão imperialista e a dominação através da ‘superioridade racial’ como um sistema político-econômico-ideológico, a questão da “cor” abarcou consequências para a formação social de países imperializados, influenciando suas ações políticas e causando impacto considerável no cotidiano de milhares de homens e mulheres que não se enquadravam ao padrão da superioridade. Pensamos que cabe a esse trabalho participar do entendimento da formação da sociedade brasileira e, também, de grande parte da civilização historicamente subjugada à dominação europeia e norte-americana, que ainda possuem em seu presente manifestações de seu passado ligado a imposição de um poder tido como ontologicamente superior.

A construção de estradas de ferro que passam a ligar os centros urbanos em processo de industrialização às partes mais isoladas da vida ‘civilizada’ estabeleceu o contato direto entre a exploração capitalista e as populações até então distantes de seu modelo social. No caso que abrangemos aqui, a expansão modernizadora sobre a região do Contestado resultará em conflitos provenientes do antagonismo gerado pela ideia colonizadora eurocêntrica em contraponto ao modo de vida da população cabocla da região. Como mostra Valentini (2015, p.28), o caboclo do Contestado é o “elementos advindos da mesclagem dos primitivos moradores da [região (indígenas)] com os pioneiros espanhóis e portugueses que palmilharam o Sul do Brasil” através de um lento processo de “conhecimento, de povoamento e de ocupação”, mas ainda assim mantendo no seu modo de subsistência aspectos remetentes às suas origens “primitivas”. Valentini ainda cita Machado para sintetizar que “a gente cabocla, com forte presença negra e indígena, mesclada a alguns grupos familiares de origem paulista e rio-grandense, compunha a principal base da população trabalhadora da região (MACHADO, 2004. apud. VALENTINI, 2015), o que torna imprescindível posicionar, nesse caso, a cultura e o sangue “não-europeu” como fundamentais na constituição do perfil dessa população, que veio a sofrer com o antagonismo da civilização.

Em reação ao processo de marginalização e expropriação incitado pela proposta modernizadora, os caboclos sertanejos do Contestado organizaram-se como consciência coletiva contra o processo que os marginalizava e expropriava suas terras promovido pela empresa estrangeira e permitido pelo poder político vigente. A reação dos caboclos culminou em ataques incisivos à BRC e aos coronéis da região, que, tamanha resistência cabocla, levou ao requerimento da intervenção federal sobre a região pelos governos estaduais em uma guerra que se estenderia de 1912 a 1916.

Até o final de 1914 as tentativas do governo de extirpar o movimento insurgente no Contestado foram frustradas pela sua incapacidade de vencer os combatentes sertanejos, que, por serem conhecedores da região e terem sua própria maneira de lutar, deferiram várias derrotas às forças armadas. Quando Fernando Setembrino de Carvalho assumiu o controle da 11ª Região Militar em 12 de setembro de 1914, por ordem do Ministro da Guerra Vespasiano de Albuquerque e do Presidente da República Hermes da Fonseca a pedido dos estados de Santa Catarina e Paraná, a situação encontrava-se em “deplorável anormalidade”; os sertanejos já haviam realizado diversos ataques ao que julgavam ser contra a sua existência e “expandido [-se] para uma vasta região, limitada, ao norte, pelo rio Iguaçu, e ao sul, pelo rio Uruguai” (MACHADO, 2004, p.267); as forças militares estavam desmoralizadas para uma reação eficaz. Para Carvalho os “sertanejos, que vivem, **por assim dizer, segregados dos centros de civilização**, obedecendo quase **somente aos impulsos naturais**” (CARVALHO, 1950, p.134, grifo nosso), eram antagônicos a modernização que claramente interessava às figuras políticas da região e à República. A marginalização dessas pessoas aos olhos do Governo é fortemente invocada por Carvalho, que, após o massacre e a dispersão do movimento sertanejo em 1915, julgou ser “fácilima a operação de espírito, para quem conhece a índole, o temperamento, os costumes e hábitos de nossos sertanejos” (CARVALHO, 1950, p.134). Já para os governos locais o projeto da BRC significava maior circulação e investimento de capitais, levando seus representantes a adotarem práticas corruptas em benefício da companhia (ESPIG, 2011). Contudo, para que pudessem desfrutar da modernização desejada, era necessário que o impasse caboclo fosse extinto.

Havendo os governos estaduais solicitado o auxílio da União nos moldes constitucionais, perturbada a ordem interna, cumpria ao Exército uma das suas missões, marchando resolutamente para o restabelecimento do império da lei e da justiça em uma circunscrição da República” (CARVALHO, 1950, p.136).

Em situações de conflito de proporções significativas como a Guerra do Contestado, as conjunturas históricas tendem a se mostrar mais evidentes, tanto pela pesquisa científica mais avançada como pela maior produção de documentos referentes ao contexto. No Contestado, temos um ambiente onde os antagonismos históricos e a luta de classes se mostram bem definidos com a criação de dois agentes opostos, sendo um deles o “subversivo” e o outro o “dominador”, que se enfrentam na guerra. A grande maioria das fontes ao nosso dispor foram retidas do arquivo de Setembrino de Carvalho, onde encontramos cartas e telegramas endereçados a ele durante a sua intervenção e sua autobiografia, que remonta, aos

seus próprios olhos, a sua participação na guerra. Dessa forma, nossa análise do contexto parte da personagem de Setembrino de Carvalho, que temos como um importante agente histórico pelo papel que desempenha. Sua posição em meio aos fatos pode nos mostrar como subordinados militares e aliados civis agiram frente à situação instável ocasionada pela ofensiva da *Brazil Railway Company* e quais os recursos para a efetivação do plano colonizador.

O General Fernando Setembrino de Carvalho era um indivíduo carregado de patriotismo e demonstra, em autobiografia publicada em 1950, explícita preocupação com sua imagem para a história de seu país. Em sua introdução ele afirma:

Assim, os momentos em que deixava a leitura de assuntos militares e históricos, que jamais abandonei, e as diversões dos cinemas e teatros, dedicava-os àqueles mister, e também a outros trabalhos de gabinete que, algum dia talvez, proporcionem subsídio apreciável aos pesquisadores da História (CARVALHO, 1950, p.11).

Em sua autobiografia intitulada “Memórias: dados para a história do Brasil”, Carvalho relata seus principais feitos a serviço da República na intensão de “que seus netos e futuros descendentes [...] conhecessem o avô como ele foi e não deformado pelas paixões oriundas de ideais ou interesses contrariados” (CARVALHO, 1950, p.7). Aqui já percebemos Setembrino como um agente polêmico, o que deve ser considerado durante a projeção de um olhar crítico sobre o documento. A autobiografia é mais prontamente analisada no primeiro capítulo, posicionando-o exercendo seu papel dentro do contexto proposto e entendendo quais os seus motivos e justificativas durante a sua atuação como comandante das forças do Estado. Na sua campanha no sul, Setembrino de Carvalho fez uso intenso da companhia de telégrafos, mantendo contato com importantes personagens locais e do exército no combate contra os sertanejos. Tais telegramas são fontes importantes para a compreensão dos interesses que estão acerca do conflito e o que os políticos locais, assim como a BRC, esperavam de sua intervenção na guerra⁴.

É importante afirmar que a seleção de tais documentos restringe consideravelmente o campo de visão do contexto analisado aos olhos de seus autores, que, em sua maioria, apresentam-se como autoridades federais, estaduais e locais. Dessa forma, é importante considerar a retórica desses documentos e suas perspectivas em consonância com a bibliografia utilizada e em suas próprias contradições, de forma que a participação desses

⁴ As nossas fontes – a autobiografia de Carvalho e os telegramas – estão disponíveis digitalizadas no arquivo online da Fundação Getúlio Vargas, em: www.cpdoc.fgv.br

agentes em meio aos acontecimentos permita elucidar suas intenções acerca da população marginalizada e a atuação de cada determinante de nosso objeto de análise. A vantagem no uso desses documentos é a possibilidade de perceber como as autoridades organizam suas ações com relação à conjuntura da região e, dessa forma, como seus interesses se manifestam.

Para um balanceamento teórico e historiográfico capaz de circundar o que propomos, primeiramente, estabelecemos uma bibliografia acerca dos conceitos de “imperialismo” e “superioridade racial”. Aqui teremos Eric Hobsbawm em *A Era dos Impérios* (2018) e *A Era do Capital* (2018); Hannah Arendt em *Origens do Totalitarismo* (2012); Caio Prado Jr. com *A História Econômica do Brasil* (2012); *O Espetáculo das Raças*, de Lilia Moritz Schwarcz (2011); Virgínia Fontes e seu estudo *O Brasil e o Capital-Imperialismo* (2010); *A Luta de Classes* de Domenico Losurdo (2015); Clóvis Moura em *Escravidão, Colonialismo, Imperialismo e Racismo* (1983); Frantz Fanon em *Pele Negra Máscaras Brancas* (2008) e, por fim, o estudo de Jean-Michel Mabeko-Tali sobre o imperialismo francês na África em *Considerações sobre o Despotismo Colonial e a Gestão Centralizada da Violência no Império Colonial Francês*. Para aprofundamento teórico-filosófico consideramos, também, as obras *Contribuição à Crítica da Economia Política* (2003), *A Ideologia Alemã* (2007) de Karl Marx e Friedrich Engels e *História e Consciência de Classes* (2012), de Georg Lukács. No entendimento da organização rebelde em termos do banditismo usamos as obras *Rebeldes Primitivos* (1970) e *Bandidos* (2015) também de Eric Hobsbawm. Por fim, sobre o Contestado, usaremos os trabalhos *Lideranças do Contestado* (2004), de Paulo Pinheiro Machado; *Nem Fanáticos, Nem Jagunços* (2012), de Delmir José Valentini, Márcia Janete Espig e Paulo Pinheiro Machado; o artigo *A Guerra do Contestado e a Expansão da Colonização* (2012) de Valentini e José Carlos Radin; *A Atividade da Brazil Railway Company no Sul do Brasil* (2009), tese de doutoramento de Valentini, e, também, *Personagens do Contestado* (2011), de Márcia Janete Espig, entre outros.

Para entendermos como a modernização proporcionada pela chegada da BRC e o capital trazido em forma de investimentos tornam a questão da identidade cabocla um impasse para o conjunto de interesses em jogo e considerando a atuação de Setembrino de Carvalho como decisiva para a dominação da população sertaneja, dividimos o proposto trabalho em dois capítulos. No primeiro buscamos entender o contexto histórico da Guerra do Contestado e como Setembrino de Carvalho, visando além de sua “conduta patriótica”, age em benefício da efetividade da ofensiva imperialista legitimada pela questão racial de uma população que, rebelada, resiste ao modelo social a ser imposto na região. Em seguida, no segundo capítulo,

nos coube compreender, através do contato de Carvalho – representando o Exército da República – com as figuras locais, como se determinaram as práticas adotadas contra a população cabocla entre 1914 e 1916 e qual o destino imposto a ela pelas classes dominantes, o que nos permitirá entender como os acontecimentos contribuem para o implemento e efetivação da ocupação das terras ao longo da ferrovia por uma massa europeia mais produtiva em detrimento da população tradicional e de cor já estabelecida.

2. O IMPERIALISMO E A GUERRA

“O Imperialismo é um suicida que marcha seguramente para a sua consumação”

*Caio Prado Jr.*⁵

O imperialismo da passagem do século XIX para o XX é o mais avançado estágio alcançado pelo capitalismo liberal, levando as potências industrializadas ao extremo de sua expansão e exploração de seus domínios coloniais, afetando substancialmente a vida em todos os seus aspectos sociais, mesmo que isso não significasse convertê-las para o “usufruto” do capitalismo, impedindo, assim, o seu desenvolvimento industrial (FONTES, 2010). Trata-se de um processo desenfreado de expropriações em benefício do monopolismo e do acúmulo de capital. Para Virgínia Fontes:

Estamos diante da mais extrema potencialização da propriedade capitalista, [...], que se torna abstrata, desigualitariamente socializada e extremamente destrutiva. Propriedade abstrata, pois o volume de concentração de capital supera as dimensões das empresas e de qualquer empreendimento singular, configurando-se como o fetiche máximo de uma potência cega da pura forma monetária (FONTES, 2010, p.146).

O imperialismo é, pois, a configuração do capitalismo em sua forma mais voraz, não perdendo suas características essenciais de “sua necessidade imperativa de reprodução ampliada, [e] sua expansão em todas as direções e dimensões da vida” (FONTES, 2010, p. 146). Além disso, trata-se de uma potencialização da competitividade capitalista sem precedentes, que força os centros industrializados a manterem frequente readaptação de seus meios produtivos pela sua manutenção como potência. Tal caráter de expansão levaria a práticas indescritivelmente bárbaras contra as populações de seus domínios, principalmente em territórios coloniais, onde as forças de trabalho eram obtidas de formas similares ao escravismo.

O controle imperialista em países independentes se dava de maneira indireta, porém não menos impactante. A receptibilidade do capital estrangeiro pelas figuras nacionais justificava-se em meio a necessidades econômicas das classes dirigentes através de mecanismos de corrupção, que mesmo entrando em conflito com ideais patrióticos, permitiriam o seu desenvolvimento econômico. Essa convivência com a ação imperialista se deve ao reflexo modernizador dos países centrais e a expansão da industrialização pelo globo,

⁵ PRADO Jr., 2012, p.283

que coloca o progresso europeu como modelo a ser seguido. Contudo, países incapazes de se estabelecerem nesse aparelho de competitividade acirrada da Era dos Impérios – países subdesenvolvidos –, eram fadados, no entanto, estando inseridos num sistema econômico já em escala global, a servirem o mercado das potências centrais com sua produção e trabalho. Para alguns, como é o caso brasileiro, bastava para as classes dirigentes manterem-se em sua posição de grandes fornecedoras de *commodities*, pois industrializar-se não era, naquele momento, lucrativo ou viável. Ora, “qualquer que fosse a retórica oficial, a função das colônias e das dependências informais era complementar as economias metropolitanas e não fazer-lhes concorrências” (HOBSBAWM, 2018, p.106). De qualquer forma, a evolução obtida pelo capitalismo justificava-se e espalhava-se pela ideia de “superioridade” proveniente da capacidade de produção atingida em detrimento daqueles que, possuindo ainda formas “tradicionais” de sobrevivência, deveriam sofrer sua intervenção, ou até mesmo, servi-la até serem superados.

Nas repúblicas da América Latina, ideólogos e políticos, inspirados nas revoluções que haviam transformado a Europa e os Estados Unidos, pensaram que o progresso de seus países dependia da ‘arianização’ – ou seja, do ‘branqueamento, progressivo do povo através do casamento inter-racial ou de um verdadeiro repovoamento por europeus brancos importados (HOBSBAWM, 2018, p.57).

Dessa forma, como afirma Schwarcz (2011), o conceito de civilização ligava-se diretamente ao branco europeu em contraste aos povos de cor, que nunca seriam capazes de desenvolverem-se por si só. “Ao branco cabia [...] o papel de elemento civilizador. Ao índio, era necessário restituir sua dignidade original ajudando-o a galgar os degraus da civilização. Ao negro, [...], restava o espaço da detração” (SCHWARCZ, 2011, p.147). Diferentemente da figura do índio, que, graças à cristianização da América Latina pela Igreja Católica, poderia se tornar civilizada a partir do batismo e da catequese, a cor negra representava a forma mais degenerada de civilização. Schwarcz, reportando a Von Martius, expressa essa interpretação racial hierarquicamente, como se:

[...] o primeiro na terra foi o tronco negro... depois o vermelho e finalmente o branco que deve ser contemporâneo aos primeiros gelos... Julgo também que na ordem do desaparecimento a natureza ha de proceder pela mesma forma. O tronco negro há de desaparecer antes do amarelo e assim sucessivamente até o branco (RIHGB, 1873:389-91, apud. SCHWARCZ, 2010, p.147).

A difusão desse pensamento racial, enraizada e difundida na produção científica do final do século XIX, fundamentou padrões de exploração de determinados povos a uma escala de cor, ligando-os diretamente ao seu local de origem. “Essas incursões no ‘charlatanismo pseudocientífico’ acentuaram ainda mais o contraste entre o progresso como aspiração universal, de fato real, e o caráter parcial de seu avanço concreto” (HOBSBAWM, 2018, p.57). Nos países independentes, onde suas classes eram ou consideravam-se brancas, os efeitos da ideologia imperialista viriam a recair, dessa forma, sobre uma população marginalizada pela própria estrutura nacional. Buscava-se, portanto, a civilização das sociedades e não dos indivíduos (MABEKO-TALI, 2013), o que leva as autoridades nacionais a adotarem muitas práticas políticas em benefício das empresas estrangeiras em detrimento dos interesses e necessidades de suas populações tidas como inferiores.

Nessa pesquisa analisamos um imperialista em particular, Percival Farquhar (1864 – 1953). Nascido na Pensilvânia, nos Estados Unidos, era filho de um industrialista estadunidense. Foi dono de múltiplas empresas espalhadas pelo mundo. No Brasil fundou a *Light and Power Co. Inc.* em 1904, que englobou vários setores da produção de energia e, a partir disso, estendeu seus negócios para a exploração das vias fluviais na Amazônia. Em 1906 a fundação da BRC dava início ao seu projeto de unificar a América Latina por uma única linha ferroviária sob a sua jurisdição. Farquhar buscava sempre ampliar o alcance de suas empresas com o intuito de gerar o maior círculo de capital e produção possíveis. No Brasil, o império de Farquhar abarcou, além das linhas ferroviárias e empresas de mineração e de fornecimento de energia, uma rede de hotéis e a serraria *Southern Brazil Lumber Company*, que exerceu papel fundamental no “desbravamento” das terras às margens da ferrovia destinadas à colonização.

Isso era típico de Farquhar [...]: escolhia, entre as muitas ofertas que lhe faziam, os empreendimentos que lhe interessavam, tentava integrá-los entre si, cuidava do seu “lançamento” legal, político e financeiro e depois passava a dedicar-lhes apenas uma atenção esporádica, geralmente quando havia alguma crise. Enquanto tudo andava normalmente, o empreendimento não prendia a atenção de Farquhar, que imediatamente se lançava em outra aventura (SINGER, 1989, apud. ESPIG, 2011, p. 140-1).

O “Último Titã”, como viria a ser chamado posteriormente pelo seu biógrafo Charles A. Gauld, contou indiscutivelmente com o apoio de políticos nacionais, que, em meio a inúmeros casos de corrupção e negociatas, articularam-se politicamente em benefício de

Farquhar. Trataremos aqui exclusivamente sobre tais condutas em meio ao contexto da BRC na região do Contestado.

“O caso da BRC foi emblemático ao envolver, de um lado, uma organização extremamente poderosa e consciente da necessidade de vínculos políticos, e de outro um Estado ineficiente e bastante permeável a determinadas práticas de corrupção” (ESPIG, 2011, p.152). A porosidade do Estado brasileiro face ao capital estrangeiro, devido à necessidade de obtenção de recursos através de concessões e de financiamentos do exterior, permitirá que a Companhia se adapte e utilize de mecanismos já existentes na estrutura brasileira para o seu benefício. O tráfico de influência da BRC, realizado através de impotentes agentes políticos, permitia à Companhia “que os próprios requisitos legais a ela impostos não fossem cumpridos ou cobrados” (ESPIG, 2011, p.154), o que levava ao controle irregular de capitais. Isso não passou despercebido por autores que julgaram “o grande crescimento territorial e econômico dos negócios do Sindicato Farquhar e a inação dos homens públicos” (ESPIG, 2011, p.149), a partir de críticas de caráter anti-imperialista e nacionalista, como abusivas à autoridade e soberania do Estado brasileiro. “O Sindicato Farquhar é como o polvo: não tem forma e adquire todas as formas, não tem cor e adquire todas as cores; por onde lança os tentáculos, aplica suas ventosas, corrompe e suga a riqueza do povo” (AMARAL, 1915, p.52. apud. ESPIG, 2011, p.149). Aqui temos uma das facetas da política imperialista, que age com auxílio das elites.

2.1 O IMPERIALISMO NO BRASIL E A BRAZIL RAILWAY COMPANY

A primeira estrada de ferro brasileira fora inaugurada por Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, em 1854, ligando a cidade de Petrópolis - RJ à Capital. Em paralelo a isso, junto à crescente iniciativa liberal, o Brasil iniciava seu processo de modernização, porém a construção de linhas férreas exigia uma quantidade de capital não disponível nas mãos das elites nacionais. Dessa forma, segundo Márcia Janete Espig:

Não tardou para que o capital internacional dominasse os negócios referentes à construção dos caminhos de ferro em nosso país. O sistema de concessões, privilégios e subvenção quilométrica mostrava-se um excelente negócio, e aos poucos a preponderância absoluta passou a se dar através de capital estrangeiro, fosse inglês, francês, belga ou alemão. [...] Em princípios do [século] XX, [as empresas] monopolizavam quase 100% da malha ferroviária por concessão ou arrendamento (ESPIG, 2011, p.165).

A arrecadação de fundos, principalmente do investimento estrangeiro, foi de fundamental importância para a construção da EFSPRG. Antes mesmo da fundação da BRC, a EFSPRG buscou na Europa os fundos necessários, criando relações diversas com empresas, principalmente da França e da Bélgica, e envolveu-se na “prática de negócios escusos no mundo das concessões” (ESPIG, 2011, p.137). Dessa forma, a obtenção de capital estrangeiro, ou a falta deste, influenciou os rumos da EFSPRG desde a sua fundação.

O sistema produtivo brasileiro desenvolveu-se principalmente a partir da produção e extração de produtos primários para o mercado internacional. Esse modelo de produção sobrevivente ao período colonial se construiu sobre quase 400 anos de escravidão e viria a sofrer, a partir de meados do século XIX, com a antítese dos modelos capitalistas em ascensão na Europa e nos EUA. Nesse momento o Brasil já era um dos grandes produtores de artigos tropicais e materiais primários do mercado internacional, a maior parte fruto da mão-de-obra escrava, empregada pelos grandes proprietários. Com a abolição do trabalho escravo e da destituição de Dom Pedro II, proclama-se uma República, cujo conjunto de leis sobre a qual esta viria a ser firmada fora materializado na Constituição de 1891, que, inspirada pela tendência Ocidental, traria aspectos liberais para os restos remanescentes do “antigo regime”, formando uma “república oligárquica liberal”.

Desde o momento da Independência o Brasil viria a se beneficiar de investimentos estrangeiros em seus meios produtivos para satisfazer a demanda dos mercados europeus. Contudo, apesar da ideologia e da possibilidade de avanço proporcionado pelo capital estrangeiro no país, que atingiu escalas sem precedentes e contribuiu fortemente para a evolução da economia brasileira, seu modo de produção não havia se desprendido para a industrialização e mantinha características de seu passado (PRADO, 2012, p.209). Com as finanças estrangeiras, principalmente com os investimentos de bancos ingleses e franceses no país, foi possível a expansão significativa na produção de matéria-prima e gêneros tropicais. A partir disso, percebe-se não somente a evolução das finanças internacionais no país, mas também do investimento interno, gerando uma dívida crescente. O efeito prático do investimento cada vez maior em itens específicos será a diminuição na produção de outros produtos necessários para o consumo interno, sendo preciso compensar essa carência com a importação da maioria dos artigos. O Brasil se encaixará, portanto, em uma lógica de mercado internacional, cumprindo um papel produtivo determinado como exportador e importador de produtos, o que afeta significativamente a organização das classes produtivas.

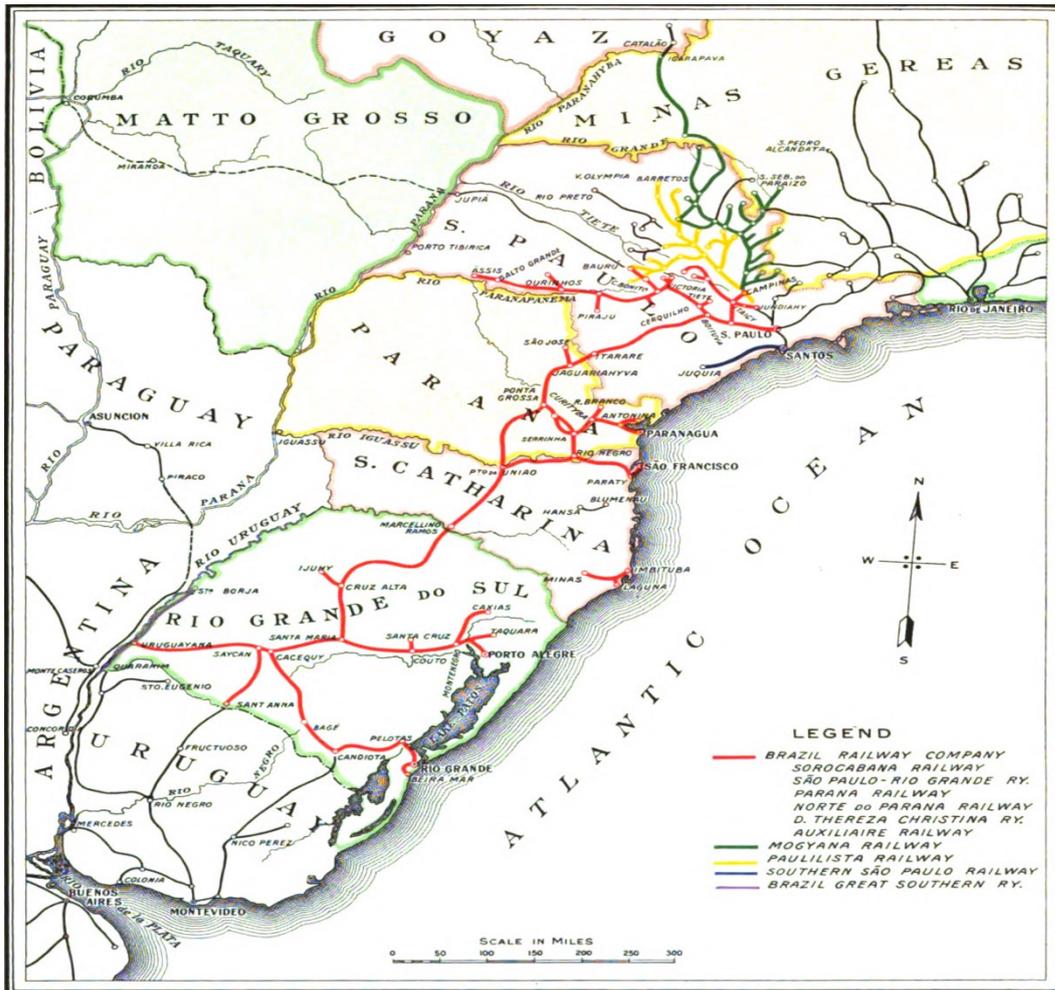
A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país, [...]. Economia de exportação, constituída para o fim de fornecer gêneros alimentícios e matérias-primas tropicais aos países e populações das regiões temperadas da Europa e mais tarde também da América, ela se organizará e funcionará em ligação íntima e estreita dependência do comércio ultramarino em função do qual se formou e desenvolveu (PRADO, 2012, p.270).

Para Caio Prado esses investimentos estrangeiros exerciam uma função puramente política em assegurar a autonomia produtiva e garantir a predominância do mercado investidor, dando-lhe um fim essencialmente comercial (PRADO, 2012, p.271). Esse sintoma do imperialismo que se torna latente durante os anos que percorrem a chamada “Era dos Impérios”, iniciada, para Hobsbawm em 1875, e para Arendt em meados da década de 1880, até a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914, se agrava com a maturação do capitalismo mundial e da alta burguesia, que passa, em necessidade das leis liberais de funcionamento do capital, a expandir para além dos limites nacionais a influência de suas finanças para garantir, pela lei da competitividade, o desenvolvimento necessário da indústria capitalista. Para Caio Prado, o imperialismo não possui outro motivo que não a usurpação da mais-valia⁶ no mais elevado nível e sua ação se dá em benefício apenas de capitalistas estrangeiros, e em consequência disso “não é apenas a classe trabalhadora que se desfalca, mas o país em conjunto que vê escoar-se para fora de suas fronteiras a melhor parcela de suas riquezas” (PRADO, 2012, p. 280).

Percival Farquhar, fundador da BRC e de outras empresas a atuarem no Brasil no período, é um ótimo retrato do empreendedorismo imperialista. Lançando-se sobre qualquer empreendimento que lhe interessasse, Farquhar já atuava no Brasil desde 1904, incorporando ao seu poder muitas empresas de serviços públicos de caráter modernizador. O interesse pelas vias ferroviárias do sul do país e sua expansão surge da Terceira Conferência Pan-Americana, em 1906, quando os planos de um amplo sistema ferroviário que ligasse grande parte da América do Sul mostraram-se do interesse das nações que compunham a conferência e uma oportunidade de investimento e expansão do domínio econômico de Farquhar, que logo funda a BRC (ESPIG, 2011). A EFSPRG é de fundamental importância nesse sentido pela sua extensão em direção norte-sul, atraindo a atenção da BRC, que não tarda a obtê-la.

⁶ O Conceito de mais-valia, nesse sentido, pode ser sintetizado de forma ampla como o lucro obtido através do excedente de força de trabalho empregada nos meios produtivos. Ver o primeiro livro da obra O Capital de Karl Marx.

Mapa 1 – Mapa das linhas ferroviárias ligadas à *Brazil Railwai Company*.



MAP OF SOUTHERN BRAZIL
 SHOWING
 LEASED, CONTROLLED AND CONNECTING LINES
 OF
BRAZIL RAILWAY COMPANY

Fonte: MOLITOR, 1915. p. 8. Disponível em:

<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015020926229&view=1up&seq=6>. Acesso em: 03/04/2019.

Nota: “Mapa do Sul do Brasil mostrando as linhas alugadas, controladas e conectadas à *Brazil Railway Company*” (Tradução nossa).

2.2 A ESTRADA DE FERRO SÃO PAULO – RIO GRANDE E A POPULAÇÃO DO CONTESTADO

A BRC, ao assumir os serviços da EFSPRG, adquire os direitos pelos trabalhadores contratados da EFSPRG, que eram, geralmente, da região e seu envolvimento no movimento sertanejo foi determinante. Setembrino de Carvalho, sob o olhar de Paulo Pinheiro Machado, cria a ilusão de que a maioria desses trabalhadores era de regiões estranhas àqueles sertões, “enchendo dos piores malfeitores, oriundos de todos os lugares, principalmente de

Pernambuco e Rio”. Para Machado, Setembrino de Carvalho justifica, com essas palavras, a dificuldade das forças armadas em derrotar os rebeldes do Contestado, que eram “tão bons na faca quanto na picareta” (CARVALHO, apud. MACHADO, 2004, p.145-146). Para Carvalho, como poderia a população atrasada daqueles “ínvios sertões” derrotar todas as ofensivas das forças armadas até então? Para Machado, criticando a afirmação de Carvalho, a própria realidade da região influencia na atuação da população na guerra:

Este militar só chegou na região em setembro de 1914, ficando até o início de maio de 1915 [...]. Antes disso, ele só contou com informações do general Mesquita [...], do antigo comandante da Região Militar [...] e de notícias que eram vinculadas à imprensa do Rio de Janeiro. [...]. A cultura da violência, da resolução das pendências pessoais à faca, já existia havia muito no Contestado, desde o início da ocupação desta região, [...]. Uma tradição rebelde já estava cimentada na participação dos serranos nas revoluções Farroupilha e Federalista (MACHADO, 2004, p.146).

Outros autores também vieram a sustentar a ideia de que a construção da ferrovia tenha trazido trabalhadores de várias cidades brasileiras, dentre eles bandidos da pior estirpe⁷. Porém, para Machado, tais informações entram em divergência no momento em que não há dados que confirmem a vinda e a predominância de ‘estranhos’ ou seu papel determinante nos acontecimentos⁸. Geralmente, pessoas de fora eram trazidas quando necessário trabalho qualificado, estes contratados diretos da Companhia. Para o emprego da mão-de-obra voltada para desempenhar os serviços primários, como desbravar a mata e abrir o caminho, encarregados da Companhia selecionavam responsáveis para contratar, informalmente – por empreitada –, trabalhadores das localidades – peões – que viam o serviço como uma oportunidade de obter remuneração extra enquanto suas famílias trabalhavam a terra. Machado divide o processo de construção da ferrovia em fases separadas pelos diferentes estágios da construção e, portanto, o tipo de serviço necessário. Na primeira etapa, uma equipe especializada composta por “engenheiros, topógrafos e **alguns caboclos da região encarregados de roçar os caminhos**” (MACHADO, 2004, p.147, grifo nosso), demarcavam o projeto inicial. Em seguida, era derrubada a mata e preparado o terreno com aterros e túneis, trabalho de maior intensidade e que requeria grande número de trabalhadores, “atividade que

⁷ “O rebotalho das ruas, malandros e criminosos, gente sem profissão e sem qualquer formação, egressos da justiça e fugitivos das cadeias, capoeiras afamados e facínoras de toda a espécie, de todas as procedências, foi o que a Polícia, em suas batidas, recolheu e compulsoriamente deportou para o Contestado, metendo-os, sem possibilidade de fuga, no mato, para obriga-los ao trabalho necessário” (CABRAL, p.101. apud. MACHADO, 2004, p.144).

⁸ Podem-se questionar aqui os motivos para que seja atribuído papel determinante às populações não-locais, que provavelmente nem chegaram a existir em quantidade considerável.

foi muito intensa no Vale do Rio do Peixe no segundo semestre de 1909”. Esse momento inicial da construção da ferrovia atraiu grande quantidade de indivíduos da região para as proximidades. No terceiro momento eram feita a colocação de ”fino aterro de saibro e camadas de pedras britadas no leito da estrada, onde eram assentados os dormentes e fixados os trilhos. [...] Eram neste momento, [...], construídas as ‘obras de arte’” (MACHADO, 2004, p.147). E, por último, era realizada a construção de prédios, estações, depósitos, etc. Nessas duas últimas etapas o número de trabalhadores diminui consideravelmente, substituído por mão de obra qualificada. Para Machado isso é importante, pois com o fim do trabalho ‘bruto’, grande número de pessoas da região perdeu boa parte de sua fonte de renda. Soma-se a isso o processo de “grilagem” no Vale do Rio do Peixe que a BRC, fazendo cumprir o acordo da exploração das margens, realizou nos últimos anos da década de 1900, causando “um verdadeiro processo de exclusão social” (MACHADO, 2004, p.151). “O objetivo era preparar este território adjacente para a exploração de madeira e a venda de terras a imigrantes estrangeiros ou a filhos de colonos já nascidos no país” (MACHADO, 2004, p.148). Nesse momento, se intensificou a construção da linha ferroviária, que adentra a região do Contestado às margens do Rio do Peixe, sendo encarregado como engenheiro-chefe o italiano Achilles Stenghel em 1908, figura que adquire papel fundamental na historiografia da BRC.

Por mais de dois anos, entre novembro de 1908 e dezembro de 1910, Stenghel foi o responsável pela construção do trecho mais difícil da EFSPRG, em uma zona extensa e inóspita. [...] Mais do que um engenheiro, foi um administrador, para alguns, o mais competente dos administradores; para outros, um déspota insensível e cruel. O fato é que Stenghel conseguiu o que parecia impossível. [...]. Não havia mão de obra suficiente; [Stenghel] soube captá-la em grande quantidade (ESPIG, 2011, p. 256-257).

Stenghel aumentou o número de trabalhadores de 3.888, em dezembro de 1908 quando assumiu o cargo, para 7.035 em janeiro de 1910. Em julho do mesmo ano, o número de trabalhadores diminuiu para 2.720 (ESPIG, 2011, p.349). Contudo, Espig discorda de Machado de que grande parte dos trabalhadores contratados no período fosse da região próxima ao Vale do Rio do Peixe, que teriam sido abandonados à própria sorte após 1910 com a tomada de suas terras pela Companhia e a destruição da economia tradicional – produção de subsistência, tropeirismo, extração de erva mate. Para ela, o grosso desses trabalhadores era da “macro-região”, que já teriam um “destino definido” após o fim de seus serviços. Além disso, Espig afirma que o preconceito já existente impedia o contrato de indivíduos de cor –

caboclos – pela Companhia, além do desprezo pela mão-de-obra local, vista como preguiçosa e inadaptável ao trabalho assalariado (ESPIG, 2011, p.368).

Após a conclusão da EFSPRG, houve grande movimento de divulgação da região às margens da ferrovia para atrair a atenção de imigrantes, colocando em prática o processo de colonização planejado. “[...] em 1912 a população que ocupava os terrenos juntos a Estrada de Ferro era, [...], em maioria de imigrantes” (ESPIG, 2011, p.367). O contato entre imigrantes e caboclos precisa ser entendido em sua pluralidade e diversidade, mas sem esquecer o discurso do branqueamento, do trabalho e do progresso. Uma citação usada por Espig traduz o preconceito e representa a percepção do discurso explorador sobre o modo de vida da região:

O trabalho e as indústrias, a economia e a sociabilidade dos serranos do sul aguçavam carinhoso estudo e exigiam particular cuidado. A perosidade neles não aferia com o labor continuo das capitais, sendo longas as intermitências que amenizam a perda das energias. Os hiatos na atividade os tornavam indolentes e moleirões.

O operariado rural era livre de mais.

[...] O povo disseminava-se pelos campos num acordo mutuo de se ajudar na queima, na colheita e nos plantios. Constituem-se proprietários livres e com um comércio independente (ANTUNES, 1918, apud ESPIG, 2011, p.368).

Para Hobsbawm (1970), mesmo sociedades pré-industriais e, portanto, sem uma formação operária potencialmente consciente podem, em situações de exploração, criar uma movimentação decisiva na luta de classes. A população revoltada do Contestado era taxada como se estivesse em um estágio “primitivo de formação” em comparação aos locais onde a industrialização já atingia níveis avançados de desenvolvimento e uma organização efetiva como classe pelos trabalhadores através de partidos socialdemocratas com alguma expressão considerável era possível. A cor, nesse sentido, influencia fundamentalmente na formação de uma massa operária fornecedora de mão-de-obra para a industrialização visada. No caso do Brasil, o que marca o surgimento do conceito de classe trabalhadora é a superação do sistema escravista pelo trabalho livre e nas proposições referente às diferenças raciais. Hobsbawm, retratando-se a esse contexto afirma:

Não é possível [...] examinar aqui o pleno alcance das variações [...] referentes ao tema geral da formação das classes operárias de 1870-1914 como grupos sociais conscientes e organizados. Evidentemente este ainda não era o caso em alguma medida expressiva para aquela parte da humanidade cuja pele era de matiz diferente, mesmo quando seu desenvolvimento industrial já era inegável (HOBASBAWM, 2018, p.204).

Podemos, com isso, deduzir que existem duas fases distintas no contato entre caboclos – brasileiros – e estrangeiros, definidas pela relação adjunta a forma de ocupação da região pelos imigrantes e o modo socioeconômico que estes viriam a ser inseridos. A partir de 1910, essa ocupação adquire novo papel, fundamentado na ofensiva modernizadora proporcionada pela política de colonização. Apesar de haver a presença de imigrantes e descendentes de imigrantes ao lado dos caboclos nos redutos, cria-se, segundo Machado (2004, p.152), uma consciência, ainda mais clara no período da guerra, de que existe concessão de privilégios por parte do governo brasileiro às “gentes da Oropa”.

A Guerra do Contestado se sucede em um contexto político-econômico dialeticamente consequente do contato entre o interesse imperialista estrangeiro, necessário para o constante avanço do capitalismo desenvolvido, a ambiguidade referente à República Brasileira, em profunda necessidade de financiamento externo, e as populações que ocupam a região do Contestado. Esse aspecto pode ser percebido pelo antagonismo entre a modernização buscada pelo Estado Brasileiro com suas classes dominantes, ou seja, suas áreas centrais, e os “ínvios sertões do Contestado”, habitado por uma população “preguiçosa” e, por isso, incapaz de qualquer desenvolvimento nos termos industriais. A região que compreende a parte do trecho sul da ferrovia, partindo de Ponta Grossa, no Paraná, até Marcelino Ramos, na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, respectiva ao território contestado pelos estados do Paraná e Santa Catarina, apesar de já estar presente no projeto inicial de colonização, ainda sob a jurisdição da EFSPRG, era visada como um plano “para o futuro”, sendo concluída, devido a questões institucionais e falta de mão-de-obra, somente em 1910. Quando a construção desse trecho é retomada em 1907, agora sob o controle da BRC, a ofensiva colonizadora sobre a região adquire caráter agressivamente efetivo com a contratação em massa de trabalhadores, chegando próximo a 8.000 indivíduos (ESPIG, 2011). Em apenas três anos a BRC consegue tornar possível a efetividade do contrato realizado com o Governo Brasileiro, dando início a colonização da região com a distribuição e venda das terras, concedidas à empresa pelo Estado, às famílias de colonos e, também, a exploração da mata de araucária pela *Southern Brazil Lumber & Colonization Co. Inc.*, filial da BRC, e, com isso, o processo de retirada/expulsão da população que habitava o território e representava entrave para efetivação da política de exploração e colonização empreendida pela *Lumber*. Para Delmir José Valentini:

O contato com os centros urbanos quebrou o isolamento secular da população que vivia na região. Neste sentido, a Ferrovia São Paulo-Rio

Grande carregou em seu bojo a exploração comercial da madeira, a colonização e a institucionalização da propriedade privada, fatores esses decisivos na deflagração da crise que submeteu o sertanejo à progressiva marginalização. Este foi, pois, a principal causa da eclosão do maior conflito social brasileiro da República Velha, denominado Guerra do Contestado (VALENTINI, 2009, p. 202)

Mesmo que há muito existissem pessoas vivendo no Contestado, com um *modus operandi* próprio, as atividades das companhias estrangeiras impactaram a vida local em vários setores da sobrevivência. O posseiro do Contestado, que, “sobre o Vale do Rio do Peixe,[...], instalara, aqui e além, o seu rancho e sua pequena roça. Vivia rudimentarmente, esquecido no meio do mato. Lembraram-se dele, entretanto, para expulsá-lo das terras que ocupara” (CABRAL, 1960. apud. VALENTINI, 2009, p.203). Para retirar a população dessas terras devolutas, a companhia contou com medidas extremas de violência possibilitadas por um corpo privado de força repressiva. Criou-se, sob o olhar do colonizador (Imperialista/estrangeiro?), a ideia de que a população local era invasora dessas terras e sua expulsão originou uma massa marginalizada “inflamável”, que veio a reagir contra a condescendência das figuras políticas locais aos interesses colonizadores que os atingiam. Com isso originam-se grupos antagônicos ao governo nos chamados “redutos”, que crescem constantemente a partir de 1912, alcançando milhares de pessoas no seu auge.

2.3 APONTAMENTOS GERAIS SOBRE A GUERRA DO CONTESTADO

Os estudiosos do Contestado apontam que a guerra começou concomitantemente aos primeiros conflitos entre as forças legais e a população cabocla – após mais de dois anos em processo de marginalização – no ano de 1912. A partir disso, a conglomeração de pessoas nos redutos continuou aumentar; aumentou, também, o pensamento antagonista ao Estado brasileiro e à ofensiva colonizadora. Para Valentini (2009) a organização cabocla se uniu em torno da figura “messianificada” de José Maria, morto no primeiro combate em Irani - SC, contra o massacre das forças oficiais e, também, contra a violência que já vinha sendo praticada pelo procedimento de grilagem da BRC e da *Lumber*⁹. Para Machado (2004, p. 189), “um forte sentimento religioso se apossou dos sertanejos após o combate”, que concedeu uma imagem santificada a José Maria, agora como o salvador que ressuscitaria com

⁹ “Os fatos que desencadearam o início da Guerra do Contestado estão relacionados à aglomeração em torno de José Maria e às disputas políticas entre os coronéis de Curitiba e Campos Novos. Após a partida do séquito para Irani e o combate contra o regimento de Segurança do Paraná, restaram aos sertanejos o desgosto pelos mortos, as armas abandonadas pelos soldados e a crença de que José Maria iria ressuscitar” (VALENTINI, 2009, p. 206).

um exército sagrado para, enfim, derrotar seus inimigos. Machado cita Lentenari, estudioso de religiões africanas, dizendo que “operou-se uma profunda transformação no catolicismo popular” que:

[...] ratificam com seu afã de liberdade, com ânsia de salvação terrena de que estão animados os prosélitos, a função profana das chamadas religiões “primitivas”, e, em definitivo, de toda religião popular: função devotada à resolução de crises existenciais concretas, determinadas pela dinâmica histórica, função que consiste na instauração de formas adequadas de redenção místico-ritual (LENTERNARI, Vittorio, 1974. apud. MACHADO, 2004, p. 191).

José Maria foi um andarilho que “perambulou pelo interior do Paraná, pelos campos de Palmas e Lages, até se estabelecer [...] em Campos Novos”. Já era um conhecido curandeiro da região, “o desgraçado curava muita gente” (VENTURA, apud. MACHADO, 2004, p.177). Para Machado, devido aos atributos espirituais concedidos pela população cabocla, José Maria era seguido pelos sertanejos que dele se aproximavam, o que o atribuía certo poder político. José Maria teria entrado em conflito com o Coronel Francisco Ferreira de Albuquerque, Superintendente Geral do Município de Curitiba - SC, membro de uma das duas oligarquias rivais do município. Em uma estrutura onde o apoio popular através do compadrio e da troca de favores tem grande importância para o funcionamento político, José Maria teria passado a ser tratado como inimigo por ter humilhado o Coronel Albuquerque em não dar-lhe apoio. Em 1912, o Coronel Albuquerque, como mostra Machado (2004), telegrafava para o coronel de Campos Novos - SC Henrique Rupp, o seguinte:

Digno amigo já deve saber estou agindo restabelecer respeito autoridades constituídas margem Taquaruçu transformada Ipiranga a lá Mucker pelo padre Santo vindo daí que proclamo ali restauração monarquia, tirando retrato a cavalo, espada em punho. [...]. Afirma-se novo monarca pretende vir Vila solidificar regime nascente mudando autoridades. Bispo ordenou padre ir aconselhar povo dispersão. [...] Abraços, Albuquerque (MACHADO, 2004, p.179)¹⁰.

¹⁰ “O coronel Albuquerque procurava manter informado tanto o governador do estado como seu vizinho de Campos Novos, uma vez que o rio Taquaruçu demarcava o limite entre os dois territórios municipais. A denominação do movimento como um ‘Ipiranga à la Mucker’ possui nítida intensão de afirmar que há uma ruptura institucional (Ipiranga) animada por um ‘fanatismo irracional’ em referência ao movimento liderado por Jacobina Maurer no morro do Ferrabás, no Rio Grande do Sul em 1873” (MACHADO, 2004, p.179)
 “Ao que tudo indica, o monarquismo dos seguidores de José Maria era muito incipiente nesta fase inicial do movimento. Os sertanejos apenas se lembravam das referências [...] religiosas que ligavam a monarquia ao campo do sagrado, como ‘lei de Deus, como ‘coisa do Céu’. Somente em 1913, mais de um ano após a morte de José Maria em Irani, no segundo ajuntamento em Taquaruçu, agora com um ‘quadro santo’, é que se passa a existir uma visão mais elaborada da monarquia cabocla” (MACHADO, 2004, p.181)

O povo que cercava José Maria não dispersou. Contudo, devido às ameaças de Albuquerque, que pedia em meio a outros políticos locais a intervenção do Regimento de Segurança contra a formação do grupo de sertanejos tachados por ele como monarquistas, José Maria, até então em Taquaruçu - SC, não desejando conflito, decidiu refugiar-se em Irani em outubro de 1912, para onde é seguido por vários sertanejos devotos. Em Irani, dentro do território contestado, José Maria continuava a atrair pessoas, tanto as que procuravam por alguma cura, como caboclos expulsos com a chegada da ferrovia. Para Machado (2004), o que estimulou o primeiro ataque ao agrupamento em torno de José Maria foi a crença de que o deslocamento dos sertanejos de Taquaruçu para Irani fora uma estratégia do governo de Santa Catarina para atrair as forças federais e inviabilizar a atuação do exército paranaense no Contestado, favorecendo, com isso, o estado de Santa Catarina. O objetivo seria atacar os sertanejos, massacrá-los e dispersá-los. Em 22 de outubro, na madrugada, a primeira tropa enviada contra os sertanejos foi derrotada, tombando bravamente em combate o monge José Maria.

Irani foi apenas o começo. Depois do primeiro combate, a população organizou-se novamente em Taquaruçu, onde teve início o processo de construção da “cidade santa” por ser onde, supostamente, José Maria ressuscitaria. Na construção do primeiro reduto em Taquaruçu, consta que a população teria sido ‘convocada’ por uma menina que teria sonhado com o falecido José Maria, dando a ordem para todos para lá dirigirem-se. Não cabe aqui narrar os fatos que cercam a formação idealizada dessas cidades santas. O que nos parece factual é o fato de se tratar de uma organização consciente. A questão é que, rebeldemente, os sertanejos levantariam uma sociedade que funcionaria através de seus próprios meios independentemente da República ou das oligarquias locais. Como Valentini mostra, a população sertaneja cresceu, construindo outras cidades santas, sendo as principais “Taquaruçu, Caraguatá, Bom Sossego, Caçador, Santa Maria, São Miguel e São Pedro” (VALENTINI, 2009, p. 210), todas à margem direita da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande. É importante constar que essa população organizou-se a partir de laços comunitários de produção, o que Machado trata como “a experiência social na qual ‘todo mundo trabalha tudo’ e ‘aquele que precisa das coisas, chega ali, pega um tanto de mantimento e leva pra casa’” (MACHADO, 2004, p.211). Tal sistema de sobrevivência pode ter sido uma oportunidade aos marginalizados e debilitados demais para adaptarem-se ao modelo de modernização proposto. Setembrino de Carvalho critica, ao seu modo, os grupos de pessoas que partiram ajuntarem-se com os habitantes dos redutos como:

[...] populações em sua quase totalidade ignorantes, trabalhados por um fanatismo funesto, que, introduzindo-se mesmo no lar dos menos incultos, de lá arrancava a esposa, a filha, estrangulando os laços dos mais caros e sublimes afetos, para conduzi-las aos antros criminosos onde as consciências se obscureciam pelas ilusões de uma falsa religião (CARVALHO, 1950, p.134).

Contudo, para Valentini (2009), há uma transformação na natureza política dos redutos durante o movimento, que passam a eleger seus líderes não mais pelos atributos religiosos, mas pelas suas condutas de guerra, deferindo ao movimento um caráter “totalitário” que alterava “o sonho da convivência fraterna, [...], em pesadelo” (VALENTINI, 2009, p. 211)¹¹. Esse paradoxo pode ser devido às crescentes dificuldades enfrentadas pela população sertaneja com o seu crescimento, que resultou em epidemias e escassez de alimento, e os contínuos ataques das forças oficiais, alastrando o horror da guerra em meio à comunidade sertaneja, forçando uma atuação severa de seus líderes para a manutenção do modo de vida nos redutos.

O movimento sertanejo fora, por fim, derrotado após a batalha no reduto de Santa Maria em 1915, tido como o auge da guerra por envolver uma grande manobra do efetivo militar da República sobre aproximadamente 5.000 pessoas lá abrigadas. Ressaltamos que nosso objetivo aqui não é descrever os acontecimentos do conflito em si, mas entender como esse processo se insere na marginalização sertaneja¹². Porém, é válido retratar a tenebrosidade do conflito relatada por Setembrino de Carvalho:

O número de jagunços mortos que foi possível contar se eleva a 600... Relata que as mulheres também foram mortas e não fala nas crianças. Garante que os redutos de Caçador e Santa Maria estão extintos e conclui que: ‘não posso garantir que todos os bandidos que infestam o Contestado tenham desaparecido, mas a missão confiada ao Exército, cujo desempenho dependia do assalto ao Reduto de Santa Maria, está cumprida (CARVALHO, 1916. apud. VALENTINI, 2009, p. 214).

Após a derrota dos sertanejos em Santa Maria, os remanescentes do movimento ergueram mais dois redutos nas cidades de São Miguel e São Pedro, ambos extintos no final de 1915 pelas forças públicas dos estados e por civis contratados pelas lideranças municipais

¹¹ “O aumento do número de pessoas nos redutos escasseava os alimentos; seguiam-se a fome, a miséria, as doenças. Não bastasse, nos últimos redutos, sob o comando de Adeodato, foi proibida a saída dos sertanejos. A pena capital passou a ser fato corriqueiro no cotidiano dos redutos – até lamentações e choros foram proibidos” (VALENTINI, 2009, p. 211).

¹² Para compreender melhor os acontecimentos da guerra, sugerimos a leitura de autores como Delmir J. Valentini e Paulo P. Machado.

– vaqueanos. Mesmo com a destruição dos últimos redutos a perseguição dos caboclos fugidos continuou a ser feita pela polícia catarinense e pelos vaqueanos. Alguns se entregavam e, “com medo das execuções” (VALENTINI, 2009, p.216), culpavam suas lideranças “totalitárias”. Muitos desses foram degolados. O fim da guerra é declarado em 1916, quando o último líder sertanejo é capturado. O que temos na Guerra do Contestado é, portanto, um verdadeiro extermínio dos caboclos rebeldes, que, revoltados com as transformações que os atingiam, desenvolveram, de acordo com sua cultura, uma alternativa para sua sobrevivência.

2.4 A INTERVENÇÃO DE FERNANDO SETEMBRINO DE CARVALHO

Apesar da derrota e o fim do movimento em 1916, os sertanejos mostraram-se valentes em combate e venceram as forças do Estado inúmeras vezes. O exército em atividade na região estava desmoralizado pela ferocidade e estratégia dos caboclos em combate. “Eram do domínio público os insucessos das várias expedições anteriores, [...], cujas causas eu não aprecio” (CARVALHO, 1950, p.135). Setembrino de Carvalho transcreve, de sua memória, que em 1914 “ouvi[u] do General Vespasiano [d’Albuquerque]: ‘preciso de um general para acabar de vez com os fanáticos do Contestado. [...] V. [você] é mais moderno que todos os comandantes de brigadas do Rio’” (CARVALHO, 1950, p.127). Dois outros militares precederam Setembrino de Carvalho no comando do Exército Nacional em sua intervenção no Contestado: Carlos Frederico de Mesquita e João Teixeira Mattos da Costa; o primeiro exonerou-se em 1914, assumindo em seu lugar, no dia 6 de junho, o recém-promovido Capitão Matos da Costa, que, por infortúnio, fora morto em uma emboscada três meses depois no ataque sertanejo a Calmon e a São João dos Pobres, posteriormente batizada de Matos da Costa em sua homenagem (VALENTINI, 2009).

É importante constar aqui, de acordo com Valentini (2009), que ambos os generais que precederam Setembrino de Carvalho durante a intervenção federal no Contestado aderiram posturas moderadas com relação aos rebeldes. O General Mesquita afirmara que “‘explorações políticas’ e ‘explorações econômicas’ são as causas da revolta dos sertanejos. [...] e que não queria andar com forças federais ‘à cata de bandidos como capitão do mato do tempo da escravatura’” (VALENTINI, 2009, p. 218)¹³. Mattos da Costa, durante seus três meses de atuação no Contestado, possuía conduta semelhante com relação aos caboclos. Em

¹³ O General Mesquita “culpou os governos de Santa Catarina e Paraná pela infestação de ‘elementos perniciosos’, pois ambos ‘descuram da instrução, deixando a ignorância campear livremente, chegando o fanatismo a constituir grupos’” (SOARES, 1931, apud. VALENTINI, 2009, p.218).

junho de 1914, Mattos da Costa em Curitiba emitiu à imprensa, buscando evidenciar a situação no Contestado, o seguinte:

Os jagunços queixavam-se de que o coronel Arthur de Paula e outros chefes políticos tomaram as terras que habitavam e agora lhes impedem de recorrer às terras devolutas do Governo, por se terem apossado delas pessoas conhecidas e que têm facilidade de obter dos governos, grandes territórios nos dois Estados (PEIXOTO, 1916, p. 229-230. apud. VALENTINI, 2009, p.218).

Mattos Costa claramente buscou compreender o modo de vida sertanejo e os motivos de sua revolta; ainda tomou uma postura pacificadora, procurando uma solução que dispensasse conflitos entre os rebeldes e o Estado, o que lhe concedeu uma imagem de simpatia pelos caboclos. Quando Setembrino de Carvalho assume o comando das tropas, também busca resolver a situação sem derramar sangue.

Tão fecundos ensinamentos do genial Mestre consorciavam-se inteiramente com o meu sentir, em relação a esta guerra, pois, se eu aspirava sair dignamente da empresa, não desejava, entretanto, que uma só gota de sangue dos meus patrícios fôsse derramada naquelas opulentas terras (CARVALHO, 1950, p. 145).

Ora, Setembrino de Carvalho era um estrategista nato, e para ele não era possível, naquele momento, propor um combate à altura de um inimigo tão formidável quanto os sertanejos. Ele afirma que, “mesmo no caso de decidir-me[se] desde logo por uma ofensiva vigorosa, procurando no combate real o desenlace da luta, eu-me [se] sentia inibido de o fazer, pois m[s]eu espírito era trabalhado por acerbos dúvidas acêrca do estado moral das fôrças (CARVALHO, 1950, p. 145). Carvalho optou, dessa forma, pela resolução da guerra por uma alternativa ‘pacífica’, baseada em estratégias de guerra. A vitória certa era o que almejava. Queria obrigar a rendição dos revoltosos por um isolamento induzido pelo cerco, vetando o fornecimento de alimento e outros suprimentos e só então propor a rendição. Ele explica:

Para metodizar as operações de guerra contra os fanáticos do Contestado, obedeceremos ao seguinte: uma parte da tropa a esse fim destinada ocupará todos os pontos por onde possam eles comunicar-se com os centros populosos. A outra parte constituindo colunas móveis de todas as armas penetrará pouco a pouco nos sertões, levando sempre o objetivo de descobri-los e exterminá-los. A tropa que vai operar o cerco da zona infestada pelo inimigo será distribuída em quatro linhas (CARVALHO, 1950, p.141)

Contudo, Setembrino de Carvalho não obteve resultado, culpou, por isso, as campanhas anteriores, “de pouca perseverança”, que, após “sucesso mal definido recuava[m], deixando nos sertões em pleno domínio o banditismo” (CARVALHO, 1950, p.148), teriam acostumado os sertanejos a não se entregarem. Convencido da inutilidade de seus esforços, Setembrino declara que atacará a massa revoltosa. Suas tropas marchariam de todos os sentidos do cerco sobre o reduto, buscando concentrar os inimigos em um ponto. Carvalho ainda justifica:

Clausewitz, na sua assombrosa concepção da teoria da guerra. Nos ensina que são os combates que decidem em última instância, e que só pelos seus efeitos podemos realizar o aniquilamento das forças armadas, e a ruína total do poder do inimigo quer esses combates tenham realmente lugar, ou que, sendo oferecidos, hajam sido recusado pelo adversário. E estatui o princípio de que os combates tornados possíveis, devem, pelas consequências, ser considerados como combates reais (CARVALHO, 1950, p.144-5).

Antes da iniciativa, Carvalho escreve, em 28 de dezembro de 1914, uma carta aos seus “patrícios revoltosos”, ainda solicitando uma resolução que dispensasse o conflito, sendo “nobre desejo, a consoladora esperança de vencer-vos sem a dolorosa preocupação de exterminar-vos, adotei a defensiva como gênero de guerra, preferindo que fôssemos nós os atacados” (CARVALHO, 1950, p.149). A questão que permanece é a quem Setembrino de Carvalho dirigia suas palavras de ‘piedade’. A primeira ação ofensiva do exército sob o comando de Setembrino de Carvalho determina a extinção do movimento rebelde no estado do Paraná no começo de 1915. Ainda exigindo a rendição, Carvalho manteve-se persistente em adotar resoluções diplomáticas, oferecendo benefícios àqueles que se entregassem. Para avançar do norte em direção a Santa Catarina, Carvalho propôs ao líder ‘bandoleiro’ Tavares que entregasse o reduto próximo aos rios Negro e Iguaçu, na divisa entre os dois estados, o que não ocorreu. O ataque foi de demasiada importância para o sucesso do exército que começava a encher-se de ânimo e restabelecer sua moral. Alguns dias antes da vitória definitiva do exército nessa ocasião, Carvalho (1950, p.152) cita que “três chefes revoltosos se tinham apresentado ao Comando da coluna norte, propondo-se trazer mais de 300 pessoas, o que efetivamente se realizou”. E ainda:

O benévolo acolhimento que tiveram da parte da tropa uns e outros, os carinhos prodigalizados encorajaram a maioria daqueles que nos redutos permaneciam sob ameaça dos chefes, e ainda porque estes faziam circular boatos terroristas sobre a sorte dos que procurassem amparo nas forças legais, encorajou-os de tal modo que alguns milhares de pessoas, escapando

à sanha dos bandidos, vieram abrigar-se à sombra da bandeira da paz, confiantes nas garantias que lhes oferecemos, e que foram efetivadas (CARVALHO, 1950, p.152).

“Era deste modo que eram ordenados os degolamentos dos pobres sertanejos!”, afirma Carvalho em tom irônico (CARVALHO, 1950, p.154). Em todo o seu “Memórias” Carvalho se queixa de acusações caluniosas da mídia à sua imagem por ‘supostas’ atrocidades cometidas em sua carreira militar. Contudo, apesar de Carvalho apelar pela sua inocência, é relatado que:

Da cadeia de Canoinhas eram retirados diariamente levas de desgraçados que se tinham apresentado voluntariamente, e entregues a Pedro Ruivo, um celerado vaqueano promovido a herói. Pedro Ruivo conduzia as vítimas para fora da vila e, na primeira curva do caminho, degolava-as. Os cadáveres ficavam insepultos. Os porcos e os corvos tinham fome (O DISCURSO, p. 1, 1915. apud. WITTE; MARQUES, 2017, p. 51)¹⁴.

Dessa forma, cabe a pergunta: quem é poupado e quem é executado pelas forças legais? Carvalho afirma que inúmeras lideranças acompanhadas por milhares de pessoas, compareciam à base para se entregarem ao Estado¹⁵, citando em particular, Bonifácio Papudo, que se apresentou em Canoinhas – SC exigindo recursos médicos para a sua esposa, que, sem teto ou abrigo, estava doente. Setembrino de Carvalho conta que além de disponibilizá-lo medicamentos, forneceu “a quantia de 200\$000 réis para construir uma nova morada para com urgência abrigar sua enferma” (CARVALHO, 1950, p.154). Contudo, Setembrino viria a dizer posteriormente que Papudo,

[...] além de outros crimes durante a revolta sertaneja, cometeu o [...] que aqui descrevo para ilustrar o quanto de selvagem e animalidade primitiva existiam nos chefes fanáticos do Contestado:

O Coronel Onofre Muniz Ribeiro, a cuja memória presto uma grande reverência ao citar seu nome, trouxe ao meu conhecimento que uma filha de Papudo dissera-lhe que se ela fosse ao reduto onde se achava seu pai, o traria à razão, desviando-o da vida que levava, tornando- se, porém, necessário ser

¹⁴ “Os capangas dos coronéis da região eram conhecidos como vaqueanos e no texto do periódico, o responsável pelas execuções Pedro Leão de Carvalho, vulgo Pedro Ruivo, teria executado mais de 100 prisioneiros a mando do Coronel da Guarda Nacional, Onofre Ribeiro. O jornalista exaltou a bravura dos combatentes; todavia, afirmou que não se podia dizer o mesmo de todos, porque ‘houve incêndios demais e degolamentos revoltantes’, além de estupros, assassinatos de mulheres e crianças, roubos e incêndios, visto que ‘certos vaqueanos eram verdadeiros monstros’” (WITTE; MARQUES, p.51-2).

¹⁵ “A incessante atividade do comandante desta linha e do seu chefe de Polícia Militar devemos ter recebido vários chefes bandoleiros com os quais em uma reunião, que merece ser mencionada. Porque era um general do Exército que parlamentava com celerados da pior espécie, consegui inspirar-lhes confiança, de modo que durante minha permanência em Canoinhas, diariamente, presenciávamos a entrada de grupos que vinham entregar-se” (CARVALHO, 1950, p.154).

acompanhada por dois vaqueanos, pois tinha receio de efetuar sem nenhuma companhia a cruzada.

O Coronel, então, consultava minha opinião.

Respondi que sendo a empresa arriscada, deveria consentir, no caso de dois destemidos vaqueanos se prestarem espontânea mente.

O Coronel encontrou dois valentes! Foram! A filha de Bonifácio Papudo não voltou, e os dois heróis foram mortos, pendurados seus corpos a árvores, servindo para o exercício do manejo da faca dos bandidos, que os mutilaram. Merecia ou não Papudo uma execução? (CARVALHO, 1950, p.170-1)

Paulo Pinheiro Machado (2004), ao descrever o “perfil das lideranças ‘peladas’”, vai a contraponto à ideia que atribui ao movimento caboclo caráter submisso às oligarquias, fundamentada pela presença de indivíduos de classe mais altas nos redutos. Para ele, mesmo uma “insurgência social dos ‘de baixo’ pode contar com a participação e liderança de indivíduos provenientes da classe dominante [...] sem que se modifique a natureza original do movimento” (MACHADO, 2004, p.224). Presumimos, portanto, que Carvalho deve ter assumido posturas diferentes em relação aos indivíduos que se rendiam às tropas, deixando os que ele julgava dignos, “não à honra de um fuzilamento, mas à força” sofrerem pelo fio da faca cortante. Witte e Marques (2017) afirmam que o jornal A República de junho de 1916 transcreveu a sessão da Câmara dos Deputados do dia 15 de maio em que se requisitava uma investigação de caso de degolas por oficiais do exército. Houve divergências no recinto em defesa de Setembrino de Carvalho:

Maurício de Lacerda insistiu diversas vezes em perguntar se houve ou não degolamentos no Paraná, ao que o deputado paranaense defende serem apenas “calúnias e difamação contra o exército”. Mesmo com o deputado carioca declarando não estar acusando o general por nenhum crime, que teria sido cometido pelo coronel, o deputado Pernetta apenas tergiversou em suas respostas (A REPÚBLICA, 1916, p.1. apud. WITTE, MARQUES, 2017, p.52).

As acusações de crimes de guerra teriam afetado seriamente a reputação de Setembrino de Carvalho, fazendo-o jurar sua inocência mais de três décadas depois em autobiografia. Witte e Marques ainda afirmam que “nos documentos pesquisados, não existe nenhum registro de ação direta de Setembrino de Carvalho ordenando as execuções; contudo, também inexistiu qualquer ação para impedir ou punir os responsáveis” (WITTE, MARQUES, 2017, p.52). Pedro Ruivo, por exemplo, acusado de centenas de execuções, participou da Guerra do Contestado até seu fim junto à Terceira Companhia do 56º Batalhão do Exército. Como está apresentado no capítulo seguinte, é clara a ciência de Setembrino de Carvalho e de

outras autoridades do exército e o Estado das execuções de sertanejos rendidos, fato que Carvalho jamais relataria para a história oficial e para o exército.

O papel desempenhado por Setembrino de Carvalho, assim como sua posição em relação aos conflitos ocorrentes na região, determina, a seu ver, a população revoltosa como um impasse à ofensiva modernizadora sobre o Contestado. A sua atuação viria reproduzir, não apenas práticas de dominação e exclusão dos indivíduos marginalizados, mas, também, o seu extermínio quase completo em prol do modelo de capitalismo proposto pela BRC e desejado pelas classes dirigentes locais. O fator determinante para o conflito, nesse caso, é o antagonismo gerado entre a população cabocla, que seria, pela sua essência, inadaptável ao sistema social trazido pela ofensiva imperialista da BRC, tornando-a, por isso, indesejada na região, e os interesses políticos que cercavam tal iniciativa pela aquisição de concessões e concentração de capital.

Além da questão racial, que legitimou e estimulou tais práticas genocidas durante o avanço do imperialismo no período, fundamentada em uma ótica eurocêntrica e pós-abolicionista há muito difundida entre as classes dominantes brasileiras, nos cabe, na sequência, entender como se sucederam as negociações entre a política regional, junto a República brasileira, e o empreendedorismo estrangeiro, agente conessor da modernização buscada pela burguesia brasileira ascendente. Faremos isso analisando a troca de informações que Setembrino de Carvalho realizou com as figuras políticas locais, através de ofícios e telegramas, com o intuito de perceber quais as implicações da presença do capital imperialista no contexto, em conflito com a população sertaneja, e a quem e de que forma este traria benefícios.

3. O BANDITISMO CABOCLO E OS SERTANEJOS DE COR NO CONTESTADO

São diversos os fatores que podem ter contribuído na inflamação da massa sertaneja do Contestado para o desencadeamento do conflito. Contudo, a perseguição e expulsão dos sertanejos da região após o início das atividades da BRC entre 1907 e 1909 se mostram como fundamentais para a formação do “banditismo” caboclo que viria a combater a imposição do capital trazido pela ferrovia. Para Hobsbawm (1970), em seu estudo sobre o banditismo social, a formação de grupos bandoleiros se dá através da reação rebelde à exploração dominante percebida como usurpadora dos meios necessários para a sobrevivência das massas pobres. Vemos que a marginalização que pressiona indivíduos ao banditismo, por ser a mesma exploração de classes que recai sobre o pobre, leva a formação de uma consciência que torna os criminosos aos olhos das classes dominantes em verdadeiros heróis para os oprimidos pela sua posição no combate direto à opressão, que os atribui legitimidade e liderança. Dessa forma, o bandido só é um “bandido social” quando recebe a representatividade de um grupo que o sustenta, ou seja, é necessário que a população o veja “como um ‘honesto’ ou não-criminoso, porque se ele for considerado um criminoso contra as convenções locais, não conseguirá gozar da proteção local na qual deve confiar inteiramente” (HOBSBAWM, 1970, p. 29). Sobre os sertanejos do Contestado é a imposição do modelo social e de propriedade trazido pela industrialização e pelo imperialismo à região que abala a subsistência dos sertanejos vistos como “indolentes e moleirões” – termos racistas frequentes do pós-abolição – e, por isso, inadaptáveis ao modelo de vida moderno a ser implantado. O bandido, portanto, como afirma Hobsbawm (1970, p. 40), “se vê desamparado ante a pressão de uma nova sociedade que ele não consegue compreender. No máximo, pode lutar contra ela e procurar destruí-la”.

Setembrino de Carvalho assumiu o cargo de comandantes do exército no Contestado “sob a incumbência especial de reprimir os desordeiros que, [...], atentarem contra as autoridades federal e local”¹⁶. Sua nomeação coincide com o momento de maior força do movimento sertanejo, quando os ataques à propriedade e às estações da estrada de ferro, assim como da madeireira *Lumber*, assumiram caráter ofensivo. Para Paulo Pinheiro Machado

¹⁶ “[...] penso que o meu papel no Paraná e Santa Catarina deverá ser semelhante ao do Ministro da Guerra, Marechal Moura, quando ao Rio Grande do Sul foi dirigir as operações contra os revolucionários federalistas, Restringiu sua ação à esfera militar, guerreira, Alheio inteiramente à política e administração do Estado. exercidas conjuntamente pelo seu Presidente, Júlio de Castilhos, Os Poderes Públicos do Estado conservaram-se íntegros, sem interferências alheias. Assim, também, em relação aos dois Estados do Sul, assolados pelo fanatismo. Os Governadores continuarão no exercício legal de seus mandatos, auxiliando-me no que se fizer mister, dever que lhes é imposto pelo fato de haverem solicitado à União intervenção nos moldes do artigo 69 da Constituição da República” (CARVALHO, 1950, p.131).

(2004) os constantes ataques aos redutos e o massacre promovido pelos oficiais¹⁷ levaram ao crescimento acelerado do movimento sertanejo durante 1914. Além disso, devido à ação da *Lumber* e da BRC, somada aos conflitos regionais entre coronéis e a disputa de limites entre os estados de Santa Catarina e Paraná, a estabilidade da região fragilizava-se, incrementando ao movimento rebelde de diferentes segmentos sociais. Até meados de 1914 o movimento sertanejo havia se alastrado por todo o planalto catarinense seguindo o veio da linha sul da EFSPRG. Vale destacar que no planalto norte de Santa Catarina a ofensiva rebelde em julho do mesmo ano marca o início de uma radicalização do movimento. Machado, referindo-se ao momento, afirma que:

Os redutários passaram a multiplicar os piquetes “chucros”¹⁸ de ataque, a intensificar os convites para que toda a população do planalto se dirigisse aos redutos e a iniciar a agregação compulsória de novos “irmãos”. Os alvos dos ataques eram os principais núcleos “peludos” do planalto: as vilas de Canoinhas, Itaiópolis, Papanduva, Vila Nova do Timbó e Curitibanos; as estações da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, as serrarias da *Brazil Lumber and Colonization* e, no ápice do processo, a cidade de Lages, em que houve uma tentativa de tomada, por ser o principal reduto do poder dos coronéis em Santa Catarina (MACHADO, 2004, p. 261).

Na Guerra do Contestado os termos “peludos” e “pelados”, ricos e pobres respectivamente, acentuam o antagonismo existente no conflito de classes, o que cria, para ambos, a ideia de um inimigo bem definido. É possível perceber, com relação ao estudo de Hobsbawm (2015) sobre o banditismo, que nas sociedades pré-industriais, como a dos sertanejos do Contestado, o “bandoleirismo”¹⁹ se caracteriza como o ápice do conflito entre opressores e oprimidos, mesmo que sua ideologia não se apresente como “revolucionária” ou possua uma organização totalmente definida. Para Hobsbawm “quase todo aquele que enfrenta os opressores e o Estado, necessariamente, deve ser considerado como vítima ou

¹⁷ “Em 8 de fevereiro de 1914 houve o segundo e derradeiro ataque ao reduto de Taquaruçu. Uma força de mais de 700 soldados do exército e da polícia de Santa Catarina cercou o reduto e, durante um dia e uma noite bombardeou o povoado com tiros de morteiro e rajadas de metralhadoras. Nem houve chance da população local se defender. Segundo o Dr. Cerqueira, médico do exército que acompanhou a ação, a visão do reduto no dia seguinte era aterradora. Um amontoado de pedaços de corpos de mulheres, crianças e velhos (já que os homens tinham se dirigido a Caraguatá para construir uma nova cidade santa) jaziam ao chão misturados aos pedaços de corpos de animais domésticos. O ataque foi sentido pelos habitantes do planalto como um gesto de covardia que só aumentou a revolta da população circundante e o apoio aos seguidores de José Maria” (MACHADO, 2018. Disponível em: <http://querepublicaeessa.an.gov.br/temas/97-tema-contestado.html>. Acesso em: 03/10/2019).

¹⁸ “Os piquetes chucros eram pequenas formações de cavalaria que possuíam grande mobilidade, variavam seu contingente de 20 a 70 membros e passaram a atacar fazendas e pequenos povoados” (MACHADO, 2004, p.261).

¹⁹ “*Bandoleros* [...] é o nome que comumente se dá aos bandidos em castelhano, derivou do termo catalão que designava membros de grupos armados que participavam das agitações e dos conflitos civis” (HOBSBAWM, 2015, p.39. epub).

herói, ou então, ambas as coisas” (HOBSBAWM, 1970, p.29). É importante destacar que o banditismo social com essas características é proveniente de áreas rurais e de economia pré-capitalista, pois eclode pela imposição social e econômica:

O mundo capitalista penetrou neles vindo de fora, insidiosamente, pela atuação de forças econômicas que eles não compreendiam e que não podiam controlar, ou impudentemente pela conquista, revoluções e modificações fundamentais da lei cuja consequência eles não podiam compreender mesmo quando tinham ajudado a realizá-la. Não cresceram como agora dentro de uma sociedade moderna; foram atirados dentro dela (HOBSBAWM, 1970, p. 13).

Contudo, no movimento rebelde do Contestado, vale mencionar a relevante presença de lideranças originárias de diferentes partes da sociedade, alguns sendo membros de classes mais altas, que, por diferentes motivos, passam a integrar o movimento rebelde. Como exemplo, podemos destacar os principais líderes ao norte do estado, que cercaram e atacaram o município de Canoinhas em julho de 1914: Bonifácio Papudo, delegado suplente de polícia em Canoinhas; Antônio Tavares, membro do Partido Republicano e antigo chefe escolar de Canoinhas; e Aleixo Gonçalves de Lima, capitão da Guarda Nacional (MACHADO, 2004)²⁰. Podemos apresentar, também, a participação de antigos combatentes maragatos da Revolução Federalista, como José Olegário Ramos e Augusto Perez Saraiva, o Castelhana, ambos de ascendência negra (MACHADO, 2004). A presença desses indivíduos em posição de liderança determina diferentes causas ao movimento sertanejo e, dessa forma, diferentes objetivos de luta integram a ação da população revoltosa, “uma vez que a origem de classe das lideranças convertia sua luta contra o governo em apenas uma disputa no âmbito interno do coronelismo” (MACHADO, 2004, p.224). Machado também aponta algumas lideranças que, após sua derrocada, passaram a fazer parte das forças de repressão²¹, porém em outros casos, como os de Aleixo, Olegário e Castelhana, permanecem ao lado dos sertanejos até o fim²². De qualquer forma, a participação desses indivíduos não pode desvirtuar

²⁰ “Aleixo era respeitado por ter destruído as barreiras fiscais paranaense, que foram erguidas, em 1909, entre Canoinhas e São Bento do Sul” (MACHADO, 2004, p. 246)

²¹ “Henrique Wolland, o Alemãozinho, apenas chefiou um piquete que ameaçou atacar a Vila de Rio Negro, mas ganhou notoriedade em janeiro de 1915, quando se entregou às forças do exército e passou a colaborar com o governo como vaqueano” (MACHADO, 2004, p.258). Outros como Honório Sampaio e Cirino Chato começaram a dar apoio à rendição dos redutários às tropas e também colaboraram com a captura de outros líderes sertanejos, entregando-os às forças do Estado.

²² Ao receber cartas pedindo pela a sua rendição, Aleixo escreve: “O que tenho a responder é o seguinte que mosca cassa-se com assucar e não com vinagre, eu meos companheiro só podemo arrear as almas se Deos e São Sebastião e São João Maria nos abandonar, mais até agora sempre tá com nós, só os peludo que são do satanaz e que jogão com pau de duas pontas” (Setembrino de Carvalho, **relatório**. apud. MACHADO, 2004, p.260)

fundamentalmente o sentimento de exploração que aflige a população revoltada e dá justificativa ao movimento rebelde. Ora, a instabilidade social que cresce durante a ofensiva modernizadora sobre a região do Contestado e o movimento social oriundo dela atraem diferentes descontentamentos que utilizam o movimento caboclo como força de luta para diferentes reivindicações, mas não altera sua “causa maior”. Isso se dá pela consciência coletiva que surge em meio ao movimento a partir de sua reivindicação mais fundamental. Definição dada por Lukács à consciência de classes:

[...] a reação adequada que deve ser adjudicada a uma situação típica determinada no processo de produção, [...]. Essa consciência não é, portanto, nem a soma, nem a média do que cada um dos indivíduos que formam uma classe pensam, sentem, etc. E, no entanto, a ação historicamente decisiva da classe como totalidade é determinada, em última análise, por essa consciência e não pelo pensamento do indivíduo. [...] Portanto, do ponto de vista abstrato e formal, a consciência de classe é, ao mesmo tempo, uma inconsciência, determinada conforme a classe, de sua própria situação econômica, histórica e social. Essa situação é dada como uma relação estrutural determinada, como um nexos formal definido, que parece dominar todos os objetos da vida (LUKÁCS, 2012, p. 142 - 143).

Junto à expansão rebelde no norte do estado, o radicalismo adotado pelo movimento sertanejo expressa, em sua essência, essa “consciência inconsciente” referente à totalidade do movimento em si, gerada pela exploração que é posta sobre a população a ser marginalizada. O modelo de vida dos redutos, a “monarquia cabocla” (cuja referência à monarquia institucional não vai além da ideia de legitimidade divina do poder monárquico difundida na região pela memória dos ensinamentos do monge João Maria)²³, passou a identificar-se como objetivo concreto e “revolucionário” dos sertanejos e a materialidade da organização dos redutos ampliava, dessa forma, o desejo de transformar a sociedade como um todo aos moldes do que achavam justo.

Na segunda metade de 1914, o principal líder rebelde no momento, Chiquinho Alonso, transfere o reduto-mor para Caçador Grande, mais próximo da EFSPRG, de onde partem ataques às estações e trilhos da estrada de ferro em Calmon e São João dos Pobres – posteriormente nomeado de Matos Costa em homenagem a João Teixeira Mattos da Costa, morto naquela vila –, ambas as povoações foram transformadas em cinzas pelos rebeldes. Para Machado (2004, p.263), o ataque “ficou marcado na memória local pela violência inédita empregada. [...] Todos os homens encontrados foram mortos; os sertanejos tinham instruções

²³ Ver MACHADO, 2004.

precisas de não atacar mulheres e crianças”. Além das estações da EFSPRG, a serraria da *Lumber* também foi incinerada. Em telegrama à Setembrino de Carvalho, o chefe de tráfego da EFSPRG Roberto Helling relata o seguinte:

Srº CT [Chefe de Trafego] regressou agora de São João, trazendo 10 cadáveres de soldados, e enterrou lá dois cadáveres mutilados dos porcos. Perto da estação só encontrei ossos humanos, o telegrafista morreu e foi enterrado pela viúva do negociante Schinna. Também morto. A estação está em cinzas, como também 3 carros de animais, [...]. Srº CT trouxe à caixa de remessa de São João também queimada. Os cadáveres estão muito mutilados e quase todos têm golpes de facão na cabeça. [...] Barankoski que chegou com uma família de além de Calmon diz que a linha está boa, somente em São João arrancaram 3 juntas de trilhos e colocaram dormentes atravessados na chave lado sul e pedras nos contra trilhos. [...]. Helling²⁴.

Machado (2004, p. 263) consta que “na porta da casa do comerciante Schinna [em São João dos Pobres], os rebeldes deixaram uma inscrição protestando contra as violências praticadas pelo governo e exigiam terras para os brasileiros”. Esse sentimento reflete a insatisfação dos sertanejos com relação à preferência dada pelo governo aos imigrantes europeus na ocupação do solo da região e às empresas estrangeiras na exploração dessas terras. Tal reivindicação fora usada posteriormente pelo Estado para convencer os redutários a se redereem sob a garantia de serem transportados a “núcleos coloniais” sob as mesmas “condições favoráveis que se oferecem aos colonos estrangeiros”²⁵.

3.1 A EXPANSÃO SERTANEJA E A CONVOCAÇÃO DE SETEMBRINO DE CARVALHO

A convocação do General Fernando Setembrino de Carvalho para comandar as operações no Contestado não se dá por mero capricho das autoridades. A situação na região tornava-se insustentável pela formação de uma organização rebelde funcional alternativa ao governo e os constantes ataques sobre os centros “peludos” ameaçavam a efetividade dos planos para a região. Nesse momento, além das estações da EFSPRG e das serrarias da *Lumber* em Calmon e Três Barras, assim como a região de Canoinhas, que se encontrava sob o caos do conflito desde julho, outros municípios estavam apavorados pela ação dos sertanejos. Nos fins de setembro, os rebeldes planejavam o ataque pelo planalto central de Santa Catarina, estendendo sua ofensiva do norte ao sul do estado. Primeiro em Curitibaanos,

²⁴ CPDOC, **Telegrama de Roberto Helling a Setembrino de Carvalho**, 1914-1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 03/09/2019.

²⁵ CPDOC, **Carta de Felipe Schimidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 26/02/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 06/09/2019.

que vinha sendo ameaçada com antecedência pelos rebeldes e fora tomada, segundo Machado (2004), sem um tiro disparado devido à fuga em massa de possíveis alvos dos sertanejos, que deixaram na vila suas mulheres, crianças e pertences, e, posteriormente a região de Campos Novos e Lages, cujos líderes clamavam ao exército o envio de tropas para a guarnição das cidades para evitar os “mais sérios danos altos interesses nacionais pela destruição dos arquivos aos cartórios dos juizados de direito coletorias etc. como sucedeu em Curitibaanos onde tudo se perdeu”²⁶. O General Setembrino recebeu diversos telegramas de autoridades municipais e, também, do próprio governador do estado de Santa Catarina, Felipe Schimidt, pedindo pelo deslocamento de forças para guarnecer as populações ameaçadas pelos fanáticos. É possível perceber a insistência em tais apelações que não são atendidas prontamente por Setembrino, que posicionava suas tropas próximas às estações da EFSPRG e ao norte do estado. Em telegrama, Felipe Schimidt escreve:

Peço ao meu bom amigo não se moleste com os meus telegramas. No momento só ao velho camarada me é dado solicitar socorro para as povoações ameaçadas pelos fanáticos. Sei que não lhe cabe responsabilidade pelo que está sucedendo mas me parece que se poderia acudi-las mais prontamente fazendo seguir urgente forças Rio Grande e parte das que guarnecem estradas ferro. 54 caçadores tem ordem seguir mais até que parta e transporta 40 léguas nos separam a Lages se escoarão mais de 12 dias tempo suficiente para Campos Novos distante de Herval seis léguas e Lages 20 sofram saque e incêndio como Curitibaanos. Agora mesmo chefe estação aqui recebeu seguinte do telegrafista Lages: “Queimaram 15 casas Curitibaanos inclusive estação telegráfica. [Negro] Olegário que não tomou parte ataque vila atravessou serra Canoas com duzentos homens armados Winchesters Mauser aguardará reforço Serrito fim bater Lages situação aflitiva” Saudações Cordiais. Schimid[t]²⁷.

Percebe-se, com relação à documentação analisada, que, a essa altura, as autoridades catarinenses estavam mais preocupadas com a proteção de suas vilas e freguesias do que em atacar os sertanejos nos redutos. O exército, em contra partida, vinha com a clara proposta de exterminar o movimento em sua origem, o que devia ser feito através cerco dos redutos e do corte de fontes de suprimentos, não em uma posição defensiva apenas através da guarnição das cidades, o que devia ser do conhecimento das lideranças catarinenses. Os pedidos constantes de Santa Catarina para o deslocamento de tropas pelo estado se mostram

²⁶ CPDOC, **Telegrama de Felipe Schimidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 28/10/1914. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 06/09/2019

²⁷ CPDOC, **Telegrama de Felipe Schimidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 28/09/1914. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 06/09/2019.

inalcançáveis para Setembrino de Carvalho, que parece consultar o então Ministro da Guerra Vespasiano D’Albuquerque que lhe escreve do Rio de Janeiro no dia 28 de setembro o seguinte:

NAO E POSSIVEL ATENDER OS VARIOS PEDIDOS DE GARANTIAS DE DEFESA QUE VOS FAZ O GOVERNADOR DE SANTA CATARINA SE A ELES ATENDERDES TEREIS DE MODIFICAR A CADA MOMENTO O VOSSO PLANO DE OPERACOES – O GOVERNO DE SANTA CATARINA JÁ NOS TEM CRIADO SERIAS DIFICULDADES COM TAIS PEDIDOS = SAUDACOES – VESPASIANO DALBUQUERQUE²⁸.

A aparente indisponibilidade do exército em atender as figuras políticas do estado de Santa Catarina parece ser resolvida pelas lideranças locais através da contratação generalizada de civis dispostos a guarnecer as cidades e combater os fanáticos. Sobre a participação desses civis na Guerra do Contestado, Setembrino de Carvalho declara o seguinte em sua autobiografia:

Foi fixado em 8.000 homens, mais ou menos, o efetivo das tropas regulares, que, sob o meu comando, deviam operar, coadjuvadas por patriotas civis, cujos serviços reconhecidos como imprescindíveis, além de outras razões, porque eram perfeitos conhecedores do território, afeitos à tática dos bandoleiros, e ainda porque receávamos, com justos motivos, a morosidade na concentração das tropas do Exército, enviadas de mais de um Estado da República. De fato, os serviços desses patriotas foram de alto valor, como é fácil demonstrar com documentos em meu arquivo, onde se verifica que os dignos comandantes das colunas tinham em grande conta a coperação dos vaqueanos. como eram eles denominados (CARVALHO, 1950, p.144).

A presença de civis no conflito é notada desde a metade de 1914, quando a ofensiva rebelde exige que as populações ameaçadas defendam-se ante a tomada de suas cidades, porém, o uso de civis e vaqueanos passa a ser sugerido a Setembrino pelas autoridades e aproveitado por ele, além de haver grande número de indivíduos que ingressam nessa função para combater os sertanejos dos redutos, o que sugere a disseminação de um pensamento “anti-caboclo” entre a população. O seguinte telegrama de Felipe Schmidt de 12 de outubro retrata essa afirmação:

Com grande pesar comunico vos que fanáticos já tomaram freguesia Campo Belo e aproximam se da de Capão alto ameaçando também a de [ilegível]

²⁸ CPDOC, **Telegrama de Vespasiano d’Albuquerque a Setembrino de Carvalho**, Rio de Janeiro, 28/09/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 29/08/2019.

precisaríamos de cavalaria em Caxias e Lages vinda esta por Caxias com esses elementos e com **os civis que se oferecem e querem auxiliar força militar** poderíamos varrer a campanha e evitar toda essa triste devastação que está ocorrendo na rica zona pastoril deste Estado agora completamente infestada de grupos daqueles bandidos que refluíram da zona norte e se vão avolumando pelo terror que inspiram aos [ilegível] moradores dos locais que percorrem. Saudações Cordiais²⁹.

Para o governador de Santa Catarina, era possível que a presença “fanática” na região sul do estado se deve a concentração das tropas de Setembrino ao norte, onde os ataques à ferrovia e à *Lumber*, assim como ao município de Canoinhas, seguiam desde meados de 1914. Ameaçados, os sertanejos teriam se refugiado em “antigos redutos” da linha sul, que compreende a região dos vales dos rios “Marombas, Canoas e Caveiras”³⁰, próximo de Campos Novos, Curitibanos e Lages³¹. A insistência do governador e de outros políticos catarinenses, como os superintendentes Henrique Rupp³² e Belisário Ramos, de Campos Novos e Lages respectivamente, para envio de tropas do exército em defesa das cidades e garantir a manutenção ou o reestabelecimento econômico da “rica zona pastoril desse estado agora completamente infestada de grupos daqueles bandidos que refluíram da zona norte e se vão avolumando pelo terror que inspiram aos [...] moradores” abalados pelos constantes ataques, saques e arrebanhamento de gado promovidos pelos rebeldes. O mês de outubro marcou a expansão do movimento caboclo que, no início de novembro, já se encontrava a leste do Rio Pelotinhas, próximo do município de São Joaquim, e dominavam o oeste de

²⁹ CPDOC, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 12/10/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. [grifo nosso]. Acesso em: 06/08/2019.

³⁰ CPDOC, **Telegrama de Henrique Rupp a Setembrino de Carvalho**, Campos Novos, 01/11/1914. Disponível em: In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 07/09/2019.

³¹ “Agradeço muito sensibilizado seu confidencial. Efetivamente plano presado amigo é único capaz vencer eficazmente resistência fanáticos e absolutamente não deve ser modificado. **Meu pedido porem não visara obter pequeno contingente para atacar bandoleiros reunindo-se agora no reduto Taquaruçú e Butiá Verde e sim guarnecer maior urgência vila para evitar ataque que eles ameaçam levar efeito por [...] vê-la insuficientemente defendida por civis mal armados, pouco municados.** Bandidos talvez espantados com suas providencias nas linhas férreas fogem para antigos redutos da linha sul. Parecia me por isso mesmo máxima conveniência auxiliar quanto antes vilas Campos Novos, Curitibanos onde parte valida população está agindo e disposta auxiliar defesa se eles efetuarem ataque, se fosse possível presado amigo concorrer para evitar esse ataque muito grato lhe ficaria. Cordiais Saudações” (CPDOC, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 26/09/1914. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>, Acesso em: 06/08/2019. grifo nosso).

³² “Comunico que virtude telegrama v ex^a povo reunidos guarnecendo vila, para não ter fim idêntico Curitibanos esperando vinda regimento cavalaria prometido. Decorrido tantos dias sem ter mínima noticia partida, quanto mais chegada regimento, patriotas que tudo abandonaram já descrentes chegada forças federais querem dissolver se, não lhes vindo esses dias noticias seguras embarque aproximação mesmas. A situação é intolerável preferível perder tudo, salvar vidas. Mais uma vez imploro V. exci^a providencias urgentísimas para restituir a este povo sossego e garantias constitucionais. Resp. Sauds.” (CPDOC, **Telegrama de Henrique Rupp a Setembrino de Carvalho**, Campos Novos, 06/10/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 07/09/2019).

Lages na divisa com o Cerrito, também ocupado. Aparentemente, pelo menos para Setembrino de Carvalho, Schimidt culpa a estratégia adotada pelo exército, que teria forçado o deslocamento e a aglomeração da população rebelde nos centros oligárquicos do sul catarinense, o que veio a prejudicar a economia regional. Setembrino teria escrito a Schimidt rezingando de seus constantes pedidos, fazendo Schimidt, posteriormente, adotar uma postura defensiva:

Afirmo ao meu ilustre amigo que no trecho meu telegrama a que se refere vosso ontem não tive intuito arrogar vos menor censura. Velha sincera amizade vos dedico e o respeito a vossa situação militar me impediria de fazê-lo minha intenção consignar o fato que ocorre de qual está resultando para o meu infeliz estado a grande desgraça de ter suas férteis e povoadas campinas até a pouco tão prospera e ricas taladas por uma horda de bandidos que reduzem nos à miséria pela devastação de suas fazendas pelo incêndio de suas vila e freguesia e pelo assassinato de seus habitantes meu fim foi somente avisar vos de ocorrido para que pudésseis dizer aos responsáveis pelo apresentamento das forças destinadas a linha sul que retardamento em apresta-los ocasionará ao meu estado aquelas calamidades fácil de prever desde que ficava livre aos bandidos zona tão farta de recursos para eles sei que não podeis ter preferencias e é por isso que vos falo com franqueza e lealdade de amigo e camarada que deseja ajudar-vos no cumprimento de vossa árdua missão. Saudações Cordiais. Felipe Schimidt³³.

As classes altas de Santa Catarina pretendiam evitar ou, pelo menos, amenizar os prejuízos causados pela guerra e pela presença rebelde nos centros oligárquicos do estado, mesmo com Schimidt afirmando que o plano de Setembrino era o “único capaz vencer eficazmente resistência fanáticos”³⁴. Contudo, essa retórica apresenta os rebeldes de forma animalizada e bárbara como os agressores da sociedade e não como vítimas das explorações proporcionadas pelos “peludos”, que passavam a serem os alvos do movimento sertanejo.

Consta que no início de novembro grande número de rebeldes, que estavam posicionados nos arredores de Lages e Campos Novos poderiam facilmente tê-las tomado, como feito em Curitiba, se não fosse pela decisão do último líder rebelde, Adeodato, de chamar todos os piquetes “chucros” que atuavam na região para se concentrarem no reduto de Santa Maria. Campos Novos estava desguarnecido no momento e em Lages o Coronel Aleluia Pires, comandante do 54º Batalhão ali posicionado e antigo comandante do ataque a Taquaruçu, demonstrava sinais de fraqueza e declarava que as tropas eram, aos olhos dos

³³ CPDOC, **Telegrama de Felipe Schimidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 13/10/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 06/08/2019.

³⁴ CPDOC, **Telegrama de Felipe Schimidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 26/09/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 06/09/2019.

oficiais, mesmo com o auxílio de civis disponíveis, insuficientes para conter os rebeldes. Segundo telegrama de Schimidt a Carvalho, mantinha-se a mais severa prontidão devido a “disposição dos bandoleiros, parece[ndo] que eles se julgam[am] fortes bastante para atacar cidade fazendo entrevero a noite que é seu modo predileto de combate ou pondo a em cerco para cançar sua guarnição que é pequena e única existente num raio maior de quinze léguas”³⁵.

3.2. A SITUAÇÃO DO EXÉRCITO

Setembrino de Carvalho afirmou ser impossível atender aos pedidos para o envio de tropas à região serrana devido à falta de recursos para efetuar tal manobra. Sabendo disso, o governador afirma em telegrama no dia 14 de novembro que passou a solicitar

[...] assistência de[...] representação federal e do Gal Lauro Müller junto Presidente Republica e Ministro guerra sentido euros serem urgentemente fornecidos esses elementos e mais concurso cavalaria policia Rio grandense e armamento para civis que quisessem contratar ou que eu por ventura pudesse armar e colocar a nossa disposição³⁶.

Desses pedidos, até a data do telegrama de Schimidt, somente armamento fora enviado, chegando a Lages no dia 21 de novembro. Porém, a partir desse momento, tem-se uma reviravolta nos acontecimentos. Em trecho de telegrama do Ministro da Guerra Vespasiano d’Albuquerque é dito que fora ordenado o deslocamento de quatro esquadrões de 120 homens cada para defender o município de Lages³⁷, infestado pelos bandoleiros de Castelhana. Também no dia 21 de novembro, a coluna norte do exército comandada pelo Coronel Onofre Ribeiro derrotou a ofensiva rebelde sobre Canoinhas lideradas por Aleixo e Papudo. Na coluna sul, sob o comando do Coronel Francisco Raul Estilac Leal, armas e suprimentos foram fornecidas, assim como vanguarda de civis para o deslocamento do 54º e 58º Batalhão para o reestabelecimento do comércio entre Lages, Campos Novos e Curitiba, onde a coluna sul deveria operar³⁸. Contudo, é no dia 20 de novembro que o novo líder rebelde assume a liderança cabocla, dando ordens imediatas para o recolhimento

³⁵ CPDOC, **Telegrama de Felipe Schimidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 01/11/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 07/09/2019.

³⁶ CPDOC, **Telegrama de Felipe Schimidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 14/11/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 07/09/2019

³⁷ CPDOC, **Trecho de telegrama de Vespasiano d’ Albuquerque a Setembrino de Carvalho**, Rio de Janeiro, 19/11/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 05/09/2019.

³⁸ CPDOC, **Telegrama de Felipe Schimidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 22/11/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 07/09/2019.

dos piquetes em atuação na região de Lages, o que permitiria o avanço das tropas para Curitiba, fechando o cerco sobre Santa Maria e bloqueando o fornecimento de alimentos. Não é possível afirmar no momento se essa tomada de decisão de Adeodato se dá em consequência de uma ação estratégica do exército que o forçou a tomar uma posição defensiva ou se, como mostra Machado (2004), por uma autoafirmação de sua liderança como forma de legitimá-la.

O predecessor de Adeodato, Chiquinho Alonso fora morto em um ataque a Rio das Antas, que “além de ser uma estação da linha de ferro São Paulo – Rio Grande, era uma colônia de imigrantes pequenos proprietários, [...] estabelecido pela *Lumber* às margens do Rio do Peixe”. Chiquinho Alonso subestimou os imigrantes quando os avisou que seriam atacados, da mesma maneira que fora feito na tomada de Curitiba em setembro, dizendo que “os verdadeiros e originais moradores daquela região estavam dispostos a voltar à força; os colonos que se retirassem ou seriam atacados” (MACHADO, 2004, p.300), o que permitiu que os moradores se preparassem e derrotassem a investida rebelde. Para Machado (2004), de acordo com o estudo de Vinhas de Queiroz, nesse momento, duas vertentes “políticas” se apresentam no movimento; a agressiva, a qual Alonso representava, “confiava na expansão dos redutos e na derrota do governo”, em contra partida à outra face, que passou a ser “favorável a uma paz negociada com as forças do governo” (MACHADO, 2004, p.300). A síntese que se forma dessas duas posições sob o comando do último líder sertanejo veio a contribuir com o definhamento do movimento caboclo nos meses seguintes. A adoção de uma postura defensiva e centralizada, que forçava a população sertaneja dos redutos a se concentrarem em Santa Maria, assim como o “autoritarismo” implantado por Adeodato, acabara por estimular a deserção de alguns líderes importantes e a rendição de centenas de caboclos.

Do ponto de vista estratégico, as decisões tomadas a partir desse momento colocaram os sertanejos em desvantagens, permitindo a Setembrino de Carvalho a realização de um cerco mais intenso, tendo agora a sua disposição maior número de soldados, integrando, então, aqueles que antes enfrentavam a derrotada ofensiva rebelde sobre o ramal leste-oeste da ferrovia ao norte e dos que faziam guarnição no sul do estado, engrossado, também, pela crescente participação de civis/vaqueanos.

A alta aglomeração de pessoas no reduto já cercado e sem mais fornecimento de bens necessários para a subsistência, cortados estrategicamente pelo exército, e a alta mortalidade devido a epidemias forçavam a população à rendição. Contudo, a postura de Adeodato não se

mostra como “moderada” em relação ao movimento caboclo. Tratando-se de sua posição política, sua liderança só seria possível, como mostra Machado (2004), se obtivesse a legitimação das lideranças mais radicais, como Aleixo, que se manteve leal a Adeodato. Além disso, a prisão de Adeodato em agosto de 1916 marca o fim do movimento rebelde no Contestado, mais de um ano após a retirada das forças federais da região. Machado, retratando-se ao interrogatório de Adeodato na prisão de Florianópolis, afirma que:

Ele deve ter sentido que era inútil fazer ver àquele delegado e àqueles jornalistas que, nos redutos, viviam pessoas decentes e normais que tinham padrões rigorosos de comportamento social; mas os ‘peludos’ preferiram ver apenas a ‘fera’ enjaulada (MACHADO 2004, p. 318).

O reduto de Santa Maria, de acordo com a estratégia defensiva de Adeodato, devia ser impenetrável pelas tropas do exército, o que foi mantido até 2 de abril de 1915, quando um efetivo bem equipado do exército foi capaz de derrotar a resistência sertaneja. No dia 8 de abril, o Ministro da Guerra congratula Setembrino de Carvalho:

Rio de Janeiro, 08/04/1914. Causou aqui alegria noticia tomada reduto Santa Maria, apesar lamentável perda preciosas vidas sacrificadas cumprimento dever, as circunstancias financeiras nos obrigam porem à economia mais restrita pelo que em acordo também opinião General Bento não poderemos assistir revista Geral tropas em Ponta Grossa peço na opinião sobre modo porque deve ficar guarnecida essa zona por algum tempo afim solidificar por conquistada. Sauds. Gal Faria³⁹.

Após suas operações no Contestado, em tese, terem sido encerradas com a destruição do reduto de Santa Maria, Setembrino recebe vários telegramas pedindo que se mantenha a “vigilância” da região para evitar aglomerações de rebeldes em outras localidades, o que assumiu posteriormente caráter de ‘caça’ aos sertanejos. Tendo as figuras políticas locais e funcionários da estrada de ferro solicitado a manutenção de forças em alguns pontos⁴⁰, Setembrino afirmou que isso cabia às polícias estaduais de Santa Catarina e Paraná (CARVALHO, 1950). Porém, o policiamento de territórios “reconquistados” já era praticado

³⁹ CPDOC, **Telegrama de José Caetano de Faria a Setembrino de Carvalho**, Rio de Janeiro, 08/04/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 14/09/2019.

⁴⁰ “Recebo dos agentes das estações na zona conflagrada pedidos de não deixa-los abandonados na ocasião da retiradas forças, tendo eles com Justa razão que os bandoleiros dispersados preproveu-lhes(?) a mesma sorte como aconteceu com os seus colegas de S João e Calmon. Assim rogo à V Ex informar-me si posso assegurar aos agentes que continuam guarnecidos as estações ate que a Zona esteja perfeitamente normalizada. Agradecido R. Helling. Chefe de Trafego.” (CPDOC, **Telegrama de Roberto Helling a Setembrino de Carvalho**, Ponta Grossa, 08/04/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 11/09/2019)

antes de Santa Maria durante o comando de Setembrino de Carvalho. Em 24 de fevereiro de 1915 Schimidt envia o telegrama:

Florianópolis, 24/02/1915. Acusando recebimento telegrama V^a Excia data ontem, fico ciente pacificação município Canoinhas e faço votos pela próxima terminação da luta que tanto males causando ao país congratulo-me V^a Excia pelo restabelecimento ordem canoinhas e vou providenciar forças que assegura efetividade policiamento aquela zona, quando, reduto S. maria apelando instintos humanidades V^a Excia procurando evitar efusão de sangue asseguro V^a Excia não pouparei esforços no emprego medidas preventivas garantidoras obra pacificação realizado custo tanto sacrificios tanta bravura e tanto sangue. Cords. Sauds. Felipe Schimidt⁴¹.

Apesar de justificarem a prática como uma forma de garantir a “paz” conquistada com “tanto sacrificio”, o policiamento adotado pelas autoridades reflete uma verdadeira perseguição aos sertanejos, que veio a se manter após a retirada das tropas de Setembrino de Carvalho, pela contratação generalizada de vaqueanos civis que deveriam eliminar em definitivo o elemento pernicioso que infestava a região do Contestado:

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1915. Respondendo teleg[rama] V. Ex^a data ontem vou providenciar remessa canoinhas novo contingente policial afim exercer ali acordo vigilância e ação repressiva bandoleiros ficando deste estado na zona que foi conflagrada contingente forças federal terá colaboração policia obra pacificação definitiva [...]. Sauds Cords. Felipe Schimidt⁴².

Em abril, após o encerramento das operações federais no Contestado, a prática de repressão foi deixada, portanto, somente sob a responsabilidade dos governos catarinense e paranaense, mantendo-se pequeno fragmento das forças do exército em localidades estratégicas e materiais bélicos e de suporte (CARVALHO, 1915). A documentação analisada nos mostra que, a partir desse momento, a incidência de ações por civis aumentaram consideravelmente. O general Faria escreve a Setembrino o seguinte:

Rio de Janeiro, 19/05/1915. Os muitos trabalhos de que tenho estado sobrecarregando tem impedido que eu lhe escreva. E o faço agora pois sei terem minhas felicitações pela terminação da campanha. Como lhe disse em telegrama a sua volta terá lugar quando entender; eu não reservei por enquanto uma. Como missão determinada [ilegível] se, [ilegível] entendido

⁴¹ CPDOC, **Telegrama de Felipe Schimidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 24/02/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 07/09/2019.

⁴² CPDOC, **Telegrama de Felipe Schimidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 28/02/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 07/09/2019.

que tendo terminado essa, você tem direito a em descanso, sem prejuízo de vencimento. Conversei sobre a com o José T Bento. Acabo de receber telegrama do Cap. Vieira da Rosa, dizendo - me que ainda há aí reunidos jagunços em numero considerável com alguns dos prisioneiros por Chefe, e propondo se a batê-los com civis, que ele calcula serem precisos 600 a 5#000 por dia dr. Não aceitei a proposta dizendo-lhe que não seria razoável entrega a civis um serviço que pertence ao exercito. Além disso, estão escaudando Com os tais civis, que me tem dado dor de cabeça. O caso das reclamações estrangeiros sobre individuos mortos por forças civis já está dando que fazer e porém que custará caro. Os inquéritos provaram infelizmente que houve degolamentos por parte dos tais civis, e proposito permita que recomende todo o cuidado no seu relatório se tiver de referir-se a esses factos. Abraço-o. Faria⁴³.

É importante notar como o uso de civis passa a ser repellido pelo então Ministro da Guerra, algo que foi utilizado durante toda a campanha do exército no Contestado e que fora primordial para a vitória “peluda” sobre os sertanejos. Caetano de Faria deixa bem claro em seu telegrama que o uso de civis passou a ser custoso para o orçamento de guerra. O fato de ser solicitado dinheiro para pagamento de “voluntários” para o auxílio no combate sugere que isso vinha sendo adotado há algum tempo, tornando possível supor que muitos indivíduos tenham ingressado no combate pelos beneficios dos pagamentos que estavam sendo feitos. Podemos afirmar que as condições precárias do exército nessa campanha deveriam impossibilitar tal prática, a menos que fosse pela obtenção de investimentos feita pelas autoridades para efetuar os pagamentos.

Cabendo ao comandante das forças a responsabilidade por todos os custos da campanha, Setembrino de Carvalho retrata em autobiografia a “importância das despesas especiais e o régimen administrativo adotado durante as operações”. Ele afirma ter recebido inicialmente a quantia de 900 contos de réis da delegacia fiscal, que deveriam custear as “gratificações” de oficiais e praças e de outros custos da campanha. “Mas, se foi este somente o crédito posto à minha disposição, não foi somente com seu auxílio que efetuei todas as despesas decorrentes da campanha” (CARVALHO, 1950, p. 168). Nesse momento, Setembrino afirma ter recorrido ao financiamento por meio do crédito, de onde conseguiu mais 512:549\$536 de réis e, com isso, deixa explícito, retratando-se ao uso de empréstimos por meio do crédito, que “as despesas [...] avolumaram-se, sem dúvida, porque quem não compra mediante pagamento imediato é forçado a submeter-se às exigências dos vendedores”

⁴³ CPDOC, **Telegrama de José Caetano de Faria a Setembrino de Carvalho**, Rio de Janeiro, 19/05/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 15/09/2019.

(CARVALHO, 1950, p. 168). O próprio Setembrino de Carvalho afirma que, sob tais circunstâncias, ficava sob a responsabilidade do Estado procurar, onde quer que fosse possível, finanças para efetuar tais pagamentos.

Não é mencionado se os euros solicitados por Schimidt realmente chegaram e, se sim, quais as suas implicações na guerra, mas, além de ter dado a sua palavra para a prestação dos auxílios pedidos, o então Ministro do Exterior Lauro Müller, além de ter sido um dos grandes articuladores da presença do capital estrangeiro no país e “um dos grandes incentivadores da vinda da BRC para o Brasil” (ESPIG, 2011, p. 153), era catarinense e primo de primeiro grau do governador Felipe Schimidt. A dívida crescente do exército durante o conflito pode indicar uma intensa apropriação do capital estrangeiro para uso em combate. “Junta-se [...] dinheiro, quase nickel por nickel para fazer pagamento. É incrível o quanto se deve!”, afirmou José Caetano de Faria em carta para Setembrino, no início de 1915, onde informava reformas que pretendia operar no exército para “torná-lo mais real e eficiente e diminuir as despesas acabando com a dispersão este [ilegível] em que se esta”. Vale constar que nesse momento, os rebeldes não mais estavam mantendo uma posição de ataque ou ameaçando as cidades centrais do estado. Faria ainda consta que há orçamento disponível apenas para 18000 homens dos 23000 em atividade, porém as circunstâncias na conjuntura do Contestado justificavam seu curso, devendo ficar mantida a estrutura das forças em operação no local até o encerramento do impasse caboclo⁴⁴. Em um telegrama de Augusto Rabello, Primeiro Tenente em Porto União, é informado que, de acordo com ordens de Setembrino, foi levado ao Rio de Janeiro intermédio do London Bank das contas atribuídas à obtenção de artigos das casas Moreira Barbosa e Mestre & Blatgé⁴⁵ para as forças em operação no Contestado:

Conforme ordem V^a Excia já remeti rio intermédio London Bank para casas Moreira Barbosa e Mestre Blatgé as importâncias das respectivas contas de artigos fornecidos ao quartel general forças operação. Recebi delegacia somente cem contos por falta numerário logo que chegue receberei o restante. Já paguei ao fornecedor loureiro de etapas recebidas a importância de quarenta e nove contos quatrocentos vinte oito mil seiscentos trinta nove reis, “49:428\$639 “ e entregue adiantado de acordo ordem V^a. Excia vinte e cinco contos “25:000,000” Sauds Cordiais. 1º Tenente Intte Augusto Rabello Chefe Serviço⁴⁶.

⁴⁴ CPDOC, **Carta de José Caetano de Faria a Setembrino de Carvalho**, Rio de Janeiro, 29/01/1915.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 09/09/2019.

⁴⁵ Empresa francesa com filial no Rio de Janeiro.

⁴⁶ CPDOC, **Telegrama de Augusto Rabello à Setembrino de Carvalho**, Porto União, 12/02/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 11/09/2019.

É notável a participação dessas casas comerciais no fornecimento de artigos para as tropas em atividade no Contestado. Para Caio Prado Jr., essas casas de importação e exportação exercem papel fundamental na economia por agirem no intermédio da produção monocultural brasileira com o mercado internacional para a obtenção de bens necessários de consumo interno. Prado, ao analisar a organização econômica brasileira e sua dependência em relação ao mercado internacional, afirma que grande parte dos fundos “necessários ao estabelecimento das plantações e custeio da produção provém de bancos ingleses e franceses, ou então de casas exportadoras do produto ou outros intermediários, muitos deles firmas estrangeiras ou financiadas com capitais estrangeiros” (PRADO Jr. 2012, p. 210).

Dessa forma, podemos afirmar que a dependência brasileira do capital estrangeiro também pode ter levado ao uso de investimentos para o financiamento de campanhas de guerra, sendo que o endividamento resultante de conflitos é sempre benéfico para os que depositam dinheiro nele.

3.3. A MARGINALIZAÇÃO CABOCLA

Interessa-nos agora compreender, através dos telegramas, como eram tratados, pelas forças de policiamento de Santa Catarina e pelo exército, os sertanejos derrotados e rendidos durante a guerra, o que deve mostrar-nos quais são as pretensões das classes dominantes com relação à população cabocla do Contestado. No telegrama de José Caetano de Faria do dia 19 de maio de 1915, já citado anteriormente, percebemos a preocupação do governo com as “reclamações [de] estrangeiros sobre indivíduos mortos por forças civis”, caso que foi para a imprensa e desagradou órgãos internacionais, principalmente os responsáveis e incentivadores da imigração de europeus para o Brasil. Sendo que tais ações prejudicariam a política de imigração da região destinada a colonização europeia pela má impressão causada pelas divulgações da mídia.

A carta sobre as reformas que Faria pretendia operar no exército iniciava-se com o seguinte:

Tive o prazer de receber sua carta dia 24 [ilegível] em União da Vitória, bem como o inquérito que vou ler antes de entregar ao Lauro [Müller].
Não creio que este dê demasiada importância ao caso, mas ele precisa de um documento para responder as reclamações do Ministro italiano que, a seu termo, tem necessidade de dar em carta satisfação à opinião publica em seu país⁴⁷.

⁴⁷ CPDOC, **Carta de José Caetano de Faria a Setembrino de Carvalho**, Rio de Janeiro, 29/01/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 09/09/2019.

Segundo Viviani Poyer (2015), o citado inquérito refere-se a maus tratos que vinham sendo praticados sobre a população sertaneja da região e o fato dessa discussão ser levada a Setembrino de Carvalho nos mostra a plena consciência das autoridades sobre as medidas repressivas que estavam sendo praticadas desde o início de 1915. É importante considerar que, de acordo com as fontes consultadas, o projeto marginalizador em ação determina ao sertanejo a posição de elemento indesejado. Apesar de se apresentarem medidas a serem tomadas com relação às execuções, percebemos que não passam de satisfações a serem dadas à imprensa em virtude da divulgação de tais acontecimentos, não havendo uma medida efetiva que impeça tais atos e puna os culpados.

Podemos citar o caso do Capitão Salvador de Aguiar Cataldi, comandante de um destacamento localizado no município de Herval, que foi réu em uma apelação criminal em 1916 por ter mandado seus subordinados executarem dois civis próximo aos trilhos da EFSPRG no início de junho de 1915, sendo um deles enterrado e o outro jogado nas águas do Rio do Peixe. Os civis executados, Cesar Menezes e Carlos Schmidt, eram comerciantes no vale do Rio do Peixe e, possivelmente, teriam colaborado com a proteção de sertanejos fugitivos⁴⁸. Sugerimos essa justificativa porque Cataldi já havia demonstrado tal rigor de conduta em ocasiões anteriores como é relatado no seguinte telegrama:

Florianópolis, 06/04/1915. Em data 3 passado telegrafei V. Exa⁴⁹ relativamente atitude Capm Cataldi para comércio estação Herval, sou agora novamente forçado reiterar declaração dali me enviam pessoas não podem ser suspeitos qualquer conveniência movimento subversivo fanáticos, Capm Cataldi sem motivo justificado procurou prender comerciante Manoel Octavio Bitencourt e mandado procura-lo norte casa residência onde sendo encontrado cunhado Otávio nome Antônio Bittencourt foi este conduzido preso sendo assim conservado durante toda noite e posto liberdade manhã seguinte. Tratando se fato que alarmamos pequeno prospero comercio ali

⁴⁸ JUSTIÇA Militar da União. **Apelação contra os crimes de Salvador de Aguiar Cataldi e seus subordinados**. Curitiba, 1916. Arquivo da Justiça Militar. Disponível em: <http://arquimedes.stm.jus.br/>. Acesso em: 15/10/2019.

⁴⁹ “Coronel Rupp superintendente Campos Novos pessoa acima qualquer suspeita que tem prestado bons serviços desde inicio caso fanáticos pede minha intervenção junto V. Excia sentido serem modificadas medidas vigor sobre comercio costa Rio Peixe e nas diversas estações Via férrea visto situação atual fanáticos reduzidos reduto S. Maria talvez já sitiado. Comercio sal que é justamente vedado fanáticos precisa ser permitido fazendeiros insuspeito que precisam esse gênero para alimento sendo que sua falta está causando prejuízos criação. Diga Rupp Campos novos comandante forças só fornece salvo conduta pessoas tais condições comerciante Octavio Bitencortt residente Estação Herval pede também minha intervenção V. Ex pois devido medidas excessivo rigor tomadas capm. Cataldi fechou estabelecimento comercial retirando sem Campos Novos. Sendo outra situação atual não hesito solicitar prezado amigo providencias que atendem esse estado cousas, melhorando condições comercio zona atingida operações telegrama Tte Guilbon e transmitiu Paranaguá trouxe infausta noticia falecimento Kirk causando-me dolorosa impressão peço V. Ex. detalhes factos. Affts. Sauds (CPDOC, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 04/03/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 07/09/2019).

existente solicito V. Exa. providencias a respeito, Octavio Bittencourt e cunhado receando maiores violências diante ameaças Capm Cataldi abandonaram seus ervais deixando localidade onde não tem garantias. Cords. Sauds. Felipe Schmidt⁵⁰.

Nesse momento, nada ocorreu com Cataldi, sendo até protegido de punições e mantido em suas atividades em Herval⁵¹. Mostra-se que, no caso de Cataldi, todo colaborador para com o movimento caboclo era tido como um inimigo em potencial, mas o que chama a atenção é, sendo que não possuímos registros de julgamentos pelo assassinato dos sertanejos “subversivos”, o fato de as autoridades tomarem medidas jurídicas apenas contra as práticas de repressão que são aplicadas sobre alguns civis.

Outro caso encontrado no arquivo que vale mencionar é a atuação dos irmãos Sampaio e de Cyrino Chato no movimento caboclo. Sendo contrários à oligarquia vigente de Curitibaanos, tornaram-se seguidores ativos de José Maria quando a força dos redutos se mostrou um opositor político natural ao superintendente Albuquerque. Enquanto Cyrino Chato já era apadrinhado ao rival de Albuquerque, Henriquinho de Almeida, a família Sampaio, que era rica e influente em Curitibaanos, aderiu ao movimento mais intensivamente em 1913 quando o comerciante João Sampaio sentiu-se humilhado ao descobrir que Albuquerque era amante de sua esposa, o que levou muitos de seus parentes a adotarem a vida nos redutos, naquele momento em Caraguatá, como forma de atacar a integridade do mandato de Albuquerque (MACHADO, 2004). É de se supor que, além de alguns terem participado de conflitos juntos ao movimento rebelde, os Sampaio também apoiaram economicamente e belicamente os sertanejos do Contestado pela posição financeira que ocupavam. Cyrino Chato e o sobrinho de João Sampaio, Honório, se entregaram em março de 1915 e foram julgados posteriormente pelo ataque que incendiou a vila de Curitibaanos⁵². Em telegrama, o pai de Honório, Antônio, escreve a Setembrino:

⁵⁰ CPDOC, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 06/04/1915. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 07/09/2019).

⁵¹ “Agradeço penhorado V. Ex atenção dispensada meu telegrama em que transmite reclamação 2 comerciantes Herval contra atos atribuídos Capm Cataldi. Por telegrama recebido ontem sei cessaram motivos aquela reclamação estado agora tudo em paz. Cords Sauds.” (CPDOC, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 08/04/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 08/09/2019)

⁵² “Florianópolis, 07/05/1915. Comunico – V. Exa. que indivíduos Honório Sampaio Cyrino Chato foram processados pronunciados Dr. Juiz Direito Curitibaanos. Ontem essa autoridade ofereceu Capm. Rosas comite. Força Federal ali comunicando fato solicitando apresentação ser representado Juiz Direito Curitibaanos visto como estando ele pronunciado ali embora o seja também Paraná, somente poderá ser apresentado justiça desse estado, virtude observância lei reguladora extradição criminosos, isto é, mediante requisição documentada do presidente Paraná ao criminosos afim ser recolhida cadeia local Capm. Rosas mandou apresentar Juiz Honório Sampaio declarando não atender requisição ponto Cyrino porque ia remetê-lo estação Rio Pedras destino

Curitibanos, 03/05/1915. Há dias apresentam-se Tte Mesquita Filho Honório e Cyrino Chato e foram agora presos dizem ordens de V. Exa. imploro como pai e amigo desses desamparados garantir vida. Cyrino muito concordava apresentação últimos fanáticos vindos Taquaruçú espero justiça V. Exa. Resps Sauds. Antonio Sampaio⁵³.

O fato de tais cooperadores do movimento rebelde terem tido o direito de um julgamento é caso isolado na história do Contestado e não se tem relevância colocá-las em comparações analíticas às execuções de milhares de caboclos dos redutos, sejam os prisioneiros assassinados ou as vítimas dos ataques brutais das forças armadas, que não tiveram a chance de serem julgados. É claro que o ‘privilegio’ concedido a Honório e Cyrino se deve às suas ligações oligárquicas e à influência da família Sampaio em Curitibanos.

Contudo, a súplica de Antônio à Setembrino de Carvalho para “garantir vida” de seu filho e de Cyrino sob a justificativa de não fazerem parte dos grupos mais rebeldes indicam a maneira como o exército vinha tratando seus prisioneiros de guerra. Posteriormente, tanto Cyrino Chato como membros da família Sampaio, além de estimularem rendição voluntária de sertanejos às autoridades, também auxiliaram as forças do governo a encontrar e prender outros redutários. Para Machado (2004), essa discrepância em torno de como são tratados os rebeldes vencidos se deve à heterogeneidade política existente dentro do próprio movimento. Isso pode ser apresentado com base na carta de Felipe Schmidt, endereçada a Setembrino de Carvalho no dia 26 de fevereiro de 1915, onde o governador dá orientações de como deviam ser tratados os sertanejos que caíssem prisioneiros a fim de “pacificar por completo os sublevados [...] e reduzi-los a incapacidade de futuras tentativas para novas concentrações prejudiciais à ordem e segurança publicas”⁵⁴. Vale reiterar que Setembrino, em sua campanha, buscou derrotar os rebeldes – ou, pelo menos, parte deles – estrategicamente, utilizando-se da “diplomacia” ao invés do combate direto para evitar o dispêndio de recursos e, também, diminuir o número de participantes do movimento, tornando-o mais frágil, o que foi forçado pelo cerco e pelas condições miseráveis resultantes dele, levando os “benefícios” ofertados a serem aceitos por aqueles que não suportaram as dificuldades resultantes da ação militar.

Curitiba conforme determinou V. Exa. venho pedir V. Exa. ordens em contrario sentido ser esse individuo meu governo. Cords Sauds. Felipe Schmidt” (CPDOC, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 07/05/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 09/09/2019).

⁵³ CPDOC, **Telegrama de Antonio Sampaio a Setembrino de Carvalho**, Curitibanos, 03/05/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 16/09/2019.

⁵⁴ CPDOC, **Carta de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 26/02/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 06/09/2019.

Em tese, para obter a pacificação definitiva, as autoridades queriam que os prisioneiros fossem deportados para “núcleos coloniais” da União a fim de extraí-los da zona de conflito. Na carta, Schimidt escreve:

Daí o esperar V. Ex. vê-lo tomado dentro de poucos dias pelas nossas valorosas forças e o desejar providencias minhas para que sejam imediatamente recebidos pelas autoridades locais os fanáticos que caírem prisioneiros, a fim de prover o Estado, desde esse momento, sobre a sua alimentação e localização em núcleos coloniais nas condições favoráveis que se oferecem aos colonos estrangeiros. E V. Ex. assim o deseja por entender que, a bem da pacificação definitiva dessa zona, não deve a grande maioria dos fanáticos permanecer[em] nos mesmos sítios dos redutos, onde só devem ficar os proprietários de caráter declaradamente pacífico que nunca tiveram relações diretas com o fanatismo, sendo, diz V. Ex. que os chefes perigosos devem ser deportados para longe do Estado.

[...]

Quanto à deportação para longe do Estado dos chefes bandoleiros reputados perigosos, será acertado que V-Ex. os envie presos sob a jurisdição militar até o forte Marechal Luz, em São Francisco, e obtenha autorização da autoridade federal competente para serem eles dali transportados para a colônia correccional da União ou se achar preferível para o Acre.

Se tais indivíduos forem também entregues às autoridades civis para submetê-los a processo, surgirão logo dúvidas sobre competência de foro, dificuldade sobre formação de culpa, pedidos de habeas-corpus, etc., que trarão a habitual consequência da impunidade dos culpados⁵⁵.

Além do tom xenófobo utilizado por Schimidt ao referir-se à Amazônia como local ideal para as lideranças “fanáticas”, ele afirma que são os líderes que mantêm, à força, os “infelizes fanáticos sertanejos ao serviço de uma torpe exploração”. Para os rebeldes em geral, o plano seria deslocar os milhares de prisioneiros rendidos após 1915 para núcleos coloniais, embarcando-os nas estações da estrada de ferro em Curitiba e Calmon e dirigindo-os à Canoinhas, de onde seriam transferidos pelos órgãos responsáveis para as áreas coloniais, o que não ocorreu pelo fato de o diretor de povoamento justificar que não queria ‘essa gente’ nos núcleos de povoamento⁵⁶. Era da cadeia de Canoinhas que eram “retirados diariamente levadas de desgraçados” para serem executados por mãos civis a mando do capitão da coluna norte Onofre Ribeiro, a quem Setembrino de Carvalho declarou prestar “grande reverência”.

⁵⁵ CPDOC, **Carta de Felipe Schimidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 26/02/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 06/09/2019.

⁵⁶ “Em janeiro recebi ordem para localizar nos núcleos famílias de sertanejos refugiados do Contestado. Tendo V.Ex^a me comunicado que vai mandar fugitivos aprisionados, consultei Diretoria que respondeu não convir receber nos núcleos essa gente. Sauds. Samuel Pereira. Inspetor Povoamento” (CPDOC, **Telegrama de Samuel Pereira a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 16/04/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 12/09/2019).

É claro que, considerando a política de imigração de europeus em grande escala para povoar as terras brasileiras, os caboclos “preguiçosos” do Contestado não seriam desejados para desempenhar tal função. Dessa forma, a análise de Machado (2004) define a punição dos rebeldes pelas forças de repressão conforme a sua localização no espectro político do movimento entre “extremistas” e “moderados”, mas isso não explica, de fato, como são feitas essas classificações e quais são os critérios que definem o destino de cada prisioneiro. O que se apresenta palpável é a intenção de retirar de todo o território conflagrado a indesejada presença dos caboclos que, extremistas ou não, sofreram com a conduta repressiva e genocida praticada pelo governo nacional e estadual desde o final de 1914. Dessa forma, vale afirmar que além das posições políticas existentes no movimento apresentadas por Machado (2004), temos uma diversidade social ainda mais significativa e mais relevante para justificar a seletividade de tratamentos deferidos sobre os sertanejos.

Ora, a retirada/expulsão dos habitantes do território concedido à BRC foi realizada desde o início do programa de colonização da região e manteve-se, com maior brutalidade, durante a guerra. Em 1915, engenheiro Frederic Albert Molitor publicou um estudo sobre as propriedades da Brazil Railway Company e mostrou que as vendas de terras no vale do rio do peixe, apesar de serem férteis e economicamente promissoras, não se mostraram bem sucedidas até a publicação de sua pesquisa. Seu estudo mostra que, apesar do baixo valor de 50 mil réis por hectare, ou pelo respectivo valor entre 13 a 16 dólares, essas terras deveriam dobrar seus preços após a colonização, o que não ocorreu pela dificuldade em acessar alguns pontos devido ao relevo acidentado e, também, pelos problemas sociais ocasionados pelo conflito com a população rebelde. Ele afirma:

The land along the Rio do Peixe on the São Paulo – Rio Grande is of very good quality for agricultural purposes and upon it diversified crops can be raised. I am of the opinion that this land cannot fail to be adaptable to settlers when the unfortunate conditions now prevailing in that territory are definitely remedied by the Government authorities, it is fair to assume that the “Fanatico” trouble will be permanently settled within three years, or at least that within that period of time the colonists will have commenced to settle the land more densely than they have done so far.

[...]

I am further of the opinion that immigration is delayed because of the lack of a friendly feeling between the native and the foreign subject. It is noted particularly that many of the Italian and German subjects never become naturalized (MOLITOR, 1915, p.267)⁵⁷.

⁵⁷ “A terra ao longo do Rio do Peixe na São Paulo – Rio Grande é de muito boa qualidade para a agricultura e sobre ela uma diversidade de plantações pode ser cultivada. Minha opinião é de que essas terras não podem

É necessário constar que o trabalho de Molitor (1915) é voltado para o estudo das questões empresariais da BRC e não para compreender os aspectos da população local. Ele afirma claramente que suas colocações a respeito dessas questões sociais do Contestado não passam de meras opiniões formuladas a partir da observação de aspectos que, evidentemente, afetam o funcionamento da BRC e a efetivação do plano colonizador promovido. Dessa forma, podemos sugerir que a colonização dessas terras deveria ser feita através da substituição da população cabocla local, tida como “improdutiva”, por uma massa de imigrantes europeus capazes de tornar aquelas terras férteis em um grande bloco econômico, que, usufruindo-se das linhas férreas, poderiam ser benéficos para a sociedade brasileira e, também, para as classes dominantes locais.

Outro ponto a reiterar, além do extermínio de caboclos por mãos civis, é a participação e a convivência apresentada pelo exército em tais atos. Mesmo que, como vimos, existissem queixas por parte do exército com relação à conduta de civis na guerra, que só “teriam causado problemas”, eram mais devidos aos esclarecimentos a serem dados pelas notícias divulgadas na imprensa e pelo pagamento de civis contratados do que pela prática das execuções em si. Podemos citar a participação do Tenente Antônio Brício Guilhon, “ajudante de ordens oficial” de Setembrino de Carvalho⁵⁸, a quem o General Faria se refere no telegrama:

Rio de Janeiro, 11/03/1915. Jornais daqui têm feito alarme sobre preten[d]idos fuzilamentos prisioneiros baseando-se em declarações [do] tenente Guilhon ao deputado Paulo Ramos que diz irá tratar tal assunto próxima sessão câmara. Com quanto convencido que nossos camaradas comandantes de forças não podem ter tido procedimento contrário aos usos da guerra e aos deveres de humanidade convém elucidar bem essas acusações ficando habilitados a defesa cabal. Para isso é indispensável proibir que oficiais façam declarações levianas e destituídas de todo critério c[o]mo as que são atribuídas ao tenente Guilhon que deve se justificar. Sauds. General Faria⁵⁹.

falhar em ser adaptáveis a colonos quando as infortunas condições agora prevaletentes nesse território são definitivamente remediadas pelas autoridades do governo, é justo supor que o problema ‘fanático’ será permanentemente resolvido dentro de três anos, ou pelo menos, que dentro desse período os colonos terão iniciado sua ocupação da terra mais densamente do que fora feito até o momento. [...] Sou mais da opinião de que a imigração está atrasada por causa da ausência de sentimento amigável entre os sujeitos nativos e estrangeiros. É notável que muitos dos italianos e alemães nunca se tornam naturalizados” (tradução nossa).

⁵⁸ CPDOC, **Carta de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 26/02/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 09/09/2019.

⁵⁹ CPDOC, **Telegrama de José Caetano de Faria a Setembrino de Carvalho**, Rio de Janeiro, 11/03/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 11/09/2019).

Em seu telegrama, convencido de que as forças federais não poderiam ter executado tarefas aquém de sua função “patriótica” de guerra, Faria não ataca as execuções em si, mas as declarações atribuídas ao Tenente Guilhon, que é acusado de caluniar contra o exército. Considerando a falta de documentação a disposição sobre a participação de Guilhon no Contestado, assim como as medidas que Setembrino adotou a respeito das declarações de seu ajudante de ordens, não podemos concluir sobre a sua real procedência. O que podemos deduzir é o fato de, sendo Guilhon próximo de Carvalho em suas funções, que suas declarações à câmara se trataram de denúncias feitas contra as ações do próprio exército.

Como observamos, as medidas adotadas para resolver o impasse caboclo do Contestado sempre esteve relacionada à sua exclusão social, desde o processo de grilagem que assolou o Vale do Rio do Peixe a partir de 1910 até a sua progressiva eliminação durante a guerra. Nesse contexto, tanto o exército e as forças civis como os políticos locais exercem seu papel para o mesmo fim, que é acabar com a presença “fanática” nos sertões catarinenses.

Refletindo sobre quem são esses fanáticos marginalizados, independentemente da heterogeneidade do movimento em questão, podemos dizer que, devido à posição bem definida tomada contra os centros desenvolvimentistas da região, são pura e simplesmente aqueles elementos socialmente inapropriados ao plano colonizador idealizado, e não indivíduos politicamente hierarquizados pelo seu grau de rebeldia, porque se o fosse, seriam necessários variados critérios relacionados à sua posição social para “julgá-los”, o que não se manifesta em meio às execuções de simples sertanejos. Considerando, portanto, a existência de um plano a ser inserido na região baseado em preceitos ligados ao imperialismo europeu e norte-americano, essa pesquisa nos mostra que a classificação do sertanejo pelo Estado se dá determinantemente pelo seu “nível” de civilidade com relação aos aspectos modernizantes da industrialização vivenciada no capitalismo da virada do século XIX para o XX.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa cumpre um papel no entendimento da constituição histórica e social brasileira e de toda sociedade subjugada pela exploração imperialista e de seus mecanismos de dominação. Aqui buscamos compreender como o imperialismo agiu na região do Contestado e qual a sua consequência para a eclosão do conflito envolvendo os sertanejos marginalizados a partir do começo das atividades da BRC e, também, sua influência sobre os agentes tidos como responsáveis pela exclusão social sertaneja até a derrota do movimento rebelde. Percebemos que a presença do imperialismo em nosso campo de visão manifesta-se de forma ativa, porém intermediada por fatores sociais determinantes.

Ora, sendo o imperialismo a necessidade de expansão do domínio financeiro capitalista dos centros desenvolvidos, sua atividade em países independente depende da exposição arbitrária de suas classes dominantes às condições do capital-financeiro internacional devido sua posição econômica em relação um mercado já globalizado, fazendo com que a ação imperialista seja necessária e também desejada pelas classes dirigentes dos países periféricos. Devido a isso, a influência das potências industrializadas nesses países pode moldar seus interesses políticos e econômicos ao seu favor e de acordo com sua vontade. No Contestado percebemos que, para efetivar o plano colonizador, que teve seus padrões definidos nos moldes europeus justificados pela ideologia de sua superioridade inerente, a ação imperialista na região se mostrou presente desde o início da obra férrea naquele espaço em 1908 até sua efetivação, à força, pelas forças armadas entre 1912 a 1916.

E mesmo que o processo de modernização eurocêntrica se dê pela participação das autoridades brasileiras, estas usufruem-se do capital-financeiro para a sua efetivação. Dessa forma, o imperialismo exerce duas funções nesse contexto, sendo, em primeiro lugar, o reflexo de um objetivo progressista idealizado e implantado com sua atuação direta através da BRC, de suas filiais e do mercado financeiro e, de maneira indireta, através do auxílio das forças armadas que recebem investimentos para a efetivação do projeto ameaçado pela reação dos sertanejos marginalizados por sua própria essência.

Como propomos, a Guerra do Contestado deve ser entendida como consequência da reação subversiva dos sertanejos à sua progressiva exclusão social promovida, inicialmente pela BRC, e efetivada através da repressão do exército. Buscamos mostrar, dessa forma, como a questão racial em seus aspectos gerais, em via de legitimar a dominação imperialista sobre diferentes partes do mundo, baseia-se em suas diferenças culturais, étnicas e sociais com relação ao padrão europeu, tornando esse o critério estabelecido para definir os que não

deviam participar do modelo social idealizado. É por isso que o caboclo, independentemente das diferentes etnias que compõe a sua identidade, é identificado, ao ser reduzido ao “primitivismo” pela sua distância dos conceitos eurocêntricos de civilidade, como um agente inferior e inapropriado ao progresso capitalista, sendo apresentado pela concepção proveniente do imperialismo como improdutivo e bárbaro e, portanto como essencialmente determinados à dominação pela mão do branco superior.

E ainda, este caboclo está localizado num espaço onde anteriormente houve o uso da mão de obra negra escravizada e liberta, e que as políticas do pós-abolição associadas a política imperialista não vieram garantir cidadania a estes indivíduos, mas sim exclusão. Esse trabalho foi realizado com o intuito de entender a maneira prática e concreta que o imperialismo consolidou-se em um contexto específico, nesse caso, no Contestado. É claro que em cada campo de influência, a efetivação do domínio imperialista deve ser determinada pela conjuntura específica em que se encontra, mas a sua consolidação baseada na superioridade natural dos provedores de capital é mantida. Dessa forma, pesquisar o imperialismo inserido na história de seus dependentes abre espaço para maiores entendimentos e possibilidades de pesquisa sobre a propagação da ação do capitalismo desenvolvido por diferentes espaços do globo, assim como as suas consequências sobre outras sociedades que, em necessidade, reagem na contenção desse elemento que se insere simplesmente pela pura exploração econômica.

FONTES

CARVALHO, Fernando Setembrino de. **Memórias**: dados para a História do Brasil. 1950.

Disponível em:

<<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/contestado/CARVALHOMarechalSetembrino.de.pdf>> Acesso em: 10/04/2019.

CPDOC, **Carta de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 26/02/1915.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 06/09/2019.

_____, **Carta de Frederico Luiz Rossany a Setembrino de Carvalho**, Curitiba,

17/04/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 12/09/2019.

_____, **Carta de Luciano Rocha Junior a Setembrino de Carvalho**, Curitiba,

20/05/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>>. Acesso em: 15/09/2019.

_____, **Ofício a Setembrino de Carvalho**, Curitiba, 19/05/1915. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 20/09/2019.

_____, **Telegrama de Antônio Cordeiro de Sampaio e João Climac de Quadros a Setembrino de Carvalho**, Curitiba, 20/04/1915. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 12/09/2019.

_____, **Telegrama de Antônio de Sampaio e João Pedro Carneiro João a Setembrino de Carvalho**, Curitiba, 24/04/1915. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 12/09/2019.

_____, **Telegrama de Antônio Sampaio a Setembrino de Carvalho**, Curitiba, 03/05/1915.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 16/09/2019.

_____, **Telegrama de Antônio Sampaio a Setembrino de Carvalho**, Curitiba, 26/04/1915.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 12/09/2019.

_____, **Telegrama de Antônio Sampaio a Setembrino de Carvalho**, Curitiba, 23/01/1915.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 09/09/2019.

_____, **Telegrama de Augusto Rabello à Setembrino de Carvalho**, Porto União,

12/02/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 11/09/2019.

_____, **Telegrama de Belisário Ramos a Setembrino de Carvalho**, Lages, 26/10/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 29/08/2019.

_____, **Telegrama de Carlo Cavalcanti a Setembrino de Carvalho**, Curitiba, 07/01/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 03/09/2019.

_____, **Telegrama de Claudino Santos a Setembrino de Carvalho**, Curitiba, 11/01/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 05/09/2019.

_____, **Telegrama de Euclides Castro a Setembrino de Carvalho**, Lages, 27/09/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 05/08/2019.

_____, **Telegrama de Eurípedes Ferro a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 28/09/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 06/08/2019.

_____, **Telegrama de Fabriciano a Setembrino de Carvalho**, Curitiba, 18/04/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 10/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 25/09/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 06/08/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 26/09/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 06/08/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 27/09/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 06/08/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 28/09/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 06/08/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 12/10/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 06/08/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 13/10/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 06/08/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 16/10/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 06/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 17/10/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 06/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 21/10/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 06/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 13/10/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 06/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 24/10/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 06/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 28/10/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 06/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 01/11/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 06/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 05/11/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 07/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 14/11/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 07/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 22/11/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 07/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 08/01/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 07/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 12/01/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 07/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 17/02/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 07/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 24/02/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 07/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 28/02/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 07/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 04/03/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 07/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 13/03/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 07/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 27/03/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 07/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 06/04/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 07/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 08/04/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 08/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 08/04/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 08/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 13/04/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 08/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 15/04/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 08/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 16/04/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 08/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 19/04/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 08/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 23/04/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 08/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 23/04/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 08/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 20/04/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 08/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 01/05/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 09/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 06/05/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 09/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 07/05/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 09/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 15/05/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 09/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 15/05/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 09/09/2019.

_____, **Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 18/05/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 09/09/2019.

_____, **Telegrama de Ferreira Albuquerque a Setembrino de Carvalho**, Curitiba, 16/04/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 14/09/2019.

_____, **Telegrama de Ferreira Albuquerque a Setembrino de Carvalho**, Curitiba, 23/04/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 14/09/2019.

_____, **Telegrama de Ferreira Albuquerque a Setembrino de Carvalho**, Curitiba, 23/04/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 14/09/2019.

_____, **Telegrama de F. Rossany a Setembrino de Carvalho**, Quartel General, 01/03/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 12/09/2019.

_____, **Telegrama de Guimarães Carneiro a Setembrino de Carvalho**, Curitiba, 30/03/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 18/09/2019.

_____, **Telegrama de Guimarães Carneiro a Setembrino de Carvalho**, Curitiba, 06/04/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 20/09/2019.

_____, **Telegrama de Henrique Rupp a Setembrino de Carvalho**, Campos Novos, 29/09/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 07/09/2019.

_____, **Telegrama de Henrique Rupp a Setembrino de Carvalho**, Campos Novos, 06/10/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 07/09/2019.

_____, **Telegrama de Henrique Rupp a Setembrino de Carvalho**, Campos Novos, 01/11/1914. Disponível em: [In: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC). Acesso em: 07/09/2019.

_____, **Telegrama de Honório Octavio, Miguel Egypto, Joaquim Pereira e Bibiano Tobias a Setembrino de Carvalho**, Curitiba, 05/04/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 18/08/2019.

_____, **Telegrama de João Pinho a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 26/09/1914. In: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 28/08/2019.

_____, **Telegrama de João Pinho a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 27/09/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 29/08/2019.

_____, **Telegrama de João Sampaio a Setembrino de Carvalho**, Curitiba, 25/04/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 14/09/2019.

_____, **Telegrama de João Sampaio a Setembrino de Carvalho**, Curitiba, 07/05/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 15/09/2019.

_____, **Telegrama de José Caetano de Faria a Setembrino de Carvalho**, Rio de Janeiro, 19/05/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 15/09/2019.

_____, **Telegrama de José Caetano de Faria a Setembrino de Carvalho**, Rio de Janeiro, 25/05/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 13/09/2019.

_____, **Telegrama de José Caetano de Faria a Setembrino de Carvalho**, Rio de Janeiro, 26/05/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 13/09/2019.

_____, **Telegrama de José Caetano de Faria a Setembrino de Carvalho**, Rio de Janeiro, 21/12/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 01/09/2019.

_____, **Telegrama de José Caetano de Faria a Setembrino de Carvalho**, Rio de Janeiro, 1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 02/09/2019.

_____, **Telegrama de José Caetano de Faria a Setembrino de Carvalho**, Rio de Janeiro, 29/01/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 09/09/2019.

_____, **Telegrama de José Caetano de Faria a Setembrino de Carvalho**, Rio de Janeiro, 23/02/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 09/09/2019.

_____, **Telegrama de José Caetano de Faria a Setembrino de Carvalho**, Rio de Janeiro, 08/03/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 09/09/2019.

_____, **Telegrama de José Caetano de Faria a Setembrino de Carvalho**, Rio de Janeiro, 11/03/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 09/09/2019.

_____, **Telegrama de José Caetano de Faria a Setembrino de Carvalho**, Rio de Janeiro, 11/03/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 11/09/2019.

_____, **Telegrama de José Caetano de Faria a Setembrino de Carvalho**, Rio de Janeiro, 08/04/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 14/09/2019.

_____, **Telegrama de José Caetano de Faria a Setembrino de Carvalho**, Rio de Janeiro, 27/04/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 16/09/2019.

_____, **Telegrama de José Caetano de Faria a Setembrino de Carvalho**, Rio de Janeiro, 07/05/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 12/09/2019.

_____, **Telegrama de Major Carmo Junior a Setembrino de Carvalho**, Castro, 8/01/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 02/09/2019.

_____, **Telegrama de Vieira Cavalcanti a Setembrino de Carvalho**, Curitiba, 16/02/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 06/09/2019.

_____, **Telegrama de Roberto Helling a Setembrino de Carvalho**, 1914 -1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 03/09/2019.

_____, **Telegrama de Roberto Helling a Setembrino de Carvalho**, 29/03/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 12/09/2019.

_____, **Telegrama de Roberto Helling a Setembrino de Carvalho**, Ponta Grossa, 06/05/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 12/09/2019.

_____, **Telegrama de Roberto Helling a Setembrino de Carvalho**, Ponta Grossa, 08/04/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 11/09/2019.

_____, **Telegrama de Roberto Helling a Setembrino de Carvalho**, Ponta Grossa, 08/04/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 11/09/2019.

_____, **Telegrama de R. Bonjean a Setembrino de Carvalho**, Curitiba, 03/04/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 11/09/2019.

_____, **Telegrama de Samuel Pereira a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 13/04/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 12/09/2019.

_____, **Telegrama de Samuel Pereira a Setembrino de Carvalho**, Florianópolis, 16/04/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 12/09/2019.

_____, **Telegrama de Theodoro e outros a Setembrino de Carvalho**, Curitiba 16/12/1915. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 15/09/2019.

_____, **Telegrama de Vespasiano d'Albuquerque a Setembrino de Carvalho**, Rio de Janeiro, 28/09/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 29/08/2019.

_____, **Telegrama de Vespasiano d'Albuquerque a Setembrino de Carvalho**, Rio de Janeiro, 26/10/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 03/09/2019.

_____, **Telegrama de Vespasiano d'Albuquerque a Setembrino de Carvalho**, Rio de Janeiro, 26/10/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 03/08/2019.

_____, **Telegrama de Vespasiano d'Albuquerque a Setembrino de Carvalho**, Rio de Janeiro, 05/11/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 05/09/2019.

_____, **Telegrama de Vespasiano d'Albuquerque a Setembrino de Carvalho**, Rio de Janeiro, 19/11/1914. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC>. Acesso em: 05/09/2019.

JUSTIÇA Militar da União. **Apelação contra os crimes de Salvador de Aguiar Cataldi e seus subordinados.** Curitiba, 1916. Arquivo da Justiça Militar. Disponível em: <http://arquimedes.stm.jus.br/>. Acesso em: 15/10/2019.

MOLITOR, Frederic A. **Report on the Railway Properties in Southern Brazil Lease, Owned or Controlled by the Brazil Railway Company.** Universidade de Michigan. 1915. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015020926229&view=1up&seq=6>. Acesso em: 03/04/2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo: Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo.** São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado: os turmeiros da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande (1908 – 1915).** Pelotas: Editora Universitária/ UFPel, 2011.
- ESPIG, Nárcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro; VALENTINI, Delmir José. **Nem Fanáticos, Nem Jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912 - 2012).** Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012.
- FANON, Frantz, **Pele Negra, Máscaras Brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital Imperialismo: teoria e história.** 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- HOBBSBAWM, Eric J., **A Era dos Impérios,** São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- _____. **A Era das Revoluções,** São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- _____. **Bandidos,** São Paulo: Paz e Terra, 2008. Recurso Digital. epub.
- _____. **Rebeldes Primitivos,** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- LOSURDO, Domenico. **A Luta de Classes: Uma história política e filosófica.** For: epub, 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classes.** 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- MABEKO-TALI, Jean-Michel. **Despotismo Colonial e a Gestão Centralizada da Violência no Império Colonial Francês.** Varia hist. vol.29 no.51 Belo Horizonte Sept./Dec. 2013.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e atuação das chefias caboclas (1912 – 1916).** São Paulo: UNICAMP, 2004.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MOURA, Clóvis. **Escravidão, Colonialismo, imperialismo e Racismo.** Afro-Asia, 1983.
- POYER, Viviani. O Contestado e a Política Externa Brasileira: relações diplomáticas e violência na região. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Florianópolis. 2015. **Anais eletrônico ANPUH** Florianópolis: UFSC: 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1433961681_ARQUIVO_TextoFinal-VivianiPoyer.pdf
- PRADO Jr., Caio. **A História Econômica do Brasil.** São Palo: Brasiliense, 2012.

RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José. A Guerra do Contestado e a Expansão da Colonização. In: **Simpósio Nacional do Centenário do Movimento do Contestado: História, memória, sociedade e cultura no Brasil Meridional**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2012. p. 51-76.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

VALENTINI, Delmir José. **A Atividade da Brazil Railway Company no sul do Brasil: a instalação da Lumber e a guerra na região do Contestado (1906 – 1916)**. Tese Fac. De Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Porto Alegre, 2009.

_____. **Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado**. Porto Alegre: Letra&Vida; Chapecó: Ed. UFFS, 2015.

WITTE, Gerson; MARQUES, Sônia Maria dos Santos. Fotografia no contestado: nova interpretação da rendição da família cabocla. **História e Imprensa** – v. 30, n. 47 Revista do CEOM: Chapecó – SC, (Dez/2017) – ISSN 2175-0173 DOI: <http://dx.doi.org/10.22562/2017.47.04>.